



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 8 / 24

FL N.º 1

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 5 DE DEZEMBRO DE 2024

N.º 8/2024/AM

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho; -----

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 5 de dezembro de 2024; -----

Mesa (CDS/PP): -----

O Presidente da Assembleia Municipal: Manuel Miguel Pinheiro Paiva;-----

1º Secretário (n.º2-Art.º 4º do Regimento): Rita Alexandra Alves Casal. -----

2ª Secretária: Ocupa o lugar do 1º secretário que se encontra ausente. -----

Ao abrigo do número 3 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia Municipal funcionou com a maioria, no caso, dois elementos, não sendo, assim, este lugar ocupado. -----

Deputados municipais eleitos pelo CDS/PP: -----

- José António Abrantes Soares de Almeida;-----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;-----

- Ricardo Jorge da Costa Oliveira, em suplência de Jorge Manuel Santos Silva;-----

- Luciana Ferreira Vasconcelos, em suplência de Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá;-----

- José do Nascimento Peres;-----

- José Augusto Tavares Ferreira;-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro;-----

2024.12.05

- Vítor Miguel Brandão Soares, em suplência de Daniel Alexandre Martins
Gonçalves ;-----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida;-----

- Alexandra Pinho;-----

Deputados municipais eleitos pelo PS: -----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho;-----

- Ana Raquel Tavares Pinheiro;-----

- José Hermínio Tavares Fernandes;-----

Deputados municipais eleitos pelo PSD: -----

- João Paulo Carvalho da Silva;-----

- Rosária de Fátima Leite Tavares;-----

- Ana Rita Fernandes Martins;-----

- Daniel Alexandre Martins Barbosa.-----

**Presidentes das Juntas de Freguesia e deputados municipais por inerência
de funções (CDS/PP)-----**

- Arménio Tavares Lige, Arões;-----

- Henrique Martins Pereira, Junqueira;-----

- António Luís Martins da Costa, Rôge;-----

- Sérgio Miguel Santos Soares, São Pedro de Castelões;-----

- Manuel Correia de Campos, União das Freguesias Vila Chã, Codal e Vila
Cova de Perrinho.-----

**Presidente da Junta de Freguesia e deputado municipal por inerência de
funções (PS):-----**

- Vítor de Sousa Tavares, JF de Macieira de Cambra;-----



Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal o **Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** e nos termos do n.º3 da legislação atrás referida, assistiram à sessão, **os vereadores:**-----

- António Alberto Almeida de Matos Gomes;-----
- José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho;-----
- André Agostinho Martins da Silva;-----
- Tiago Correia Fernandes;-----
- Frederico da Costa Martins.-----

Pelas 20 horas e 06 minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 23 deputados municipais, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou aberta a sessão.** -----

Cumprimentou a 1ª Secretária, líderes das bancadas e restantes deputados municipais, o Sr. Presidente, José Pinheiro e Silva, em representação da Câmara Municipal, e os respetivos vereadores; -----

Cumprimentou os colaboradores da Câmara Municipal que prestam o apoio administrativo, bem como a equipa que se encontra a fazer a transmissão da sessão através da página de Facebook do Município, cumprimentando, por isso, todos quantos acompanham a sessão online, no país e no estrangeiro, bem como, os que se deslocaram ao Salão Nobre para assistir presencialmente.-----

Para participar na presente sessão, informou que se encontram presentes os deputados municipais abaixo referidos, em substituição feita ao abrigo do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro e suas alterações:-----

2024.12.05

- **Ricardo Jorge da Costa Oliveira**, por ausência de Jorge Manuel Santos Silva (por estar ausente do país - mensagem recebida em 28/11/2024); ----
- **Vítor Miguel Brandão Soares**, por ausência de Daniel Alexandre Martins Gonçalves (por motivos profissionais -mensagem recebida em 28/11/2024); -----
- **Luciana Ferreira Vasconcelos**, por ausência de Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá (por motivos profissionais - mensagem recebida em 04/12/2024); -----

Sem substituição pedida, encontram-se ausentes os deputados municipais

Francisco Jorge Rodrigues de Sousa (por motivos de saúde - mensagem recebida em 05/12/2024), Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (por motivos profissionais - mensagem recebida em 05/12/2024) e António Miguel Pinho Martins de Castro (por motivos profissionais - mensagem recebida em 05/12/2024). -----

Todas as ausências foram justificadas pela Mesa da sessão da Assembleia Municipal.-----

Registando-se, entretanto, a chegada de mais dois membros da Assembleia Municipal, **o Sr. Presidente da Mesa, com a presença de 25 deputados municipais** (19 diretamente eleitos + 6 por inerência da função de Presidente nas Juntas de Freguesia), **deu início aos trabalhos, para dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos:** -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano 2025-2029;-----
2. Mapa de Pessoal 2025.-----



- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações;

- **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** Aprovação do texto e respetivas minutas. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Orçamento, Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano 2025-2029;-----

Aberta a sessão e antes do início da discussão dos pontos da Ordem do Dia, pediu a palavra o deputado municipal **João Paulo Carvalho da Silva**, que após ter cumprimentado os presentes e os que se encontravam a assistir online, propôs a troca da ordem dos pontos da Ordem de Trabalhos, ficando como primeiro ponto o Mapa de Pessoal, justificando o pedido pelo facto de poder ser detetado algum erro neste, e se assim fosse, poderia ser alterada a parte que lhe correspondente no orçamento.-----

O Sr. Presidente da Mesa pediu o esclarecimento da questão, ao chefe da DFP, **Rui Valente**, dizendo este que tem sido usada esta metodologia por jurisprudência prática, a qual era também usada noutros municípios, à exceção de um ou outro caso, pontual, em que os pontos são discutidos ao mesmo tempo como ponto único. Deu também a palavra ao deputado municipal **José Soares de Almeida**, referindo este que a aprovação do Mapa de Pessoal não iria condicionar a aprovação do Orçamento, o qual vai além do previsto naquele, não fazendo sentido a discussão de um antes do outro, ao que **João Carvalho da Silva** respondeu ter falado da questão dada a possibilidade da existência de erros no Mapa de Pessoal, que condicionariam a correspondente despesa em orçamento, mas que se poderia prosseguir com o agendamento como estava, apesar de se dever ter sempre em mente o aperfeiçoamento na forma de fazer política. -----

2024.12.05

O Sr. Presidente da Mesa acrescentou que, seja qual for o assunto proposto pela Câmara Municipal, este nunca pode ser alterado na sessão e, havendo erros, o mesmo deve ser retirado da Ordem de Trabalhos e devolvido à Câmara Municipal para retificação e posterior envio à Assembleia Municipal para a efetiva análise e deliberação.-----

A Mesa manteve a Ordem de Trabalhos conforme foi distribuída aos deputados municipais.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que cumprimentou os presentes e todos quantos os que se encontravam a assistir online, com uma saudação especial àqueles que se encontravam no estrangeiro.-----

Sobre o Orçamento, o qual seria apresentado pelo vereador do pelouro, deixou algumas notas relativamente às despesas correntes, frisando que em 2025 se terá consciência do impacto relativo ao processo da transferência de competências, estando previstas despesas com o pessoal em mais de 8.600.000€, porque agora incluía mais de 100 colaboradores, fruto do processo de descentralização.-----

Além destas despesas, disse existirem outras que se podiam considerar investimento, porque são considerados investimentos na área da educação, na área do ambiente, nas áreas sociais como por exemplo, as transferências para as instituições particulares de solidariedade social e associações entre outras, como as despesas na área da cultura e do desporto.-----

Neste seguimento, referiu-se ao forte investimento a nível da Estratégia Local de Habitação, com mais de 2 milhões e 600 mil euros previstos, sendo no Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas quase 1 milhão e 700 mil euros e ainda mais de 1 milhão 300 mil euros para edificações destinadas à saúde.-----



Mais disse, que o presente Orçamento Municipal está fortemente condicionado pela incorporação do Saldo de Gerência, numa percentagem de perto de 30% do orçamento inicial, o que condiciona a inclusão de muitas das despesas correntes e de investimento, prevendo-se que este seja presente na primeira sessão da Assembleia Municipal Ordinária do ano 2025, em fevereiro.-----

Numa análise feita sobre os gastos habituais, é-lhe possível afirmar que se gastaram cerca de 4,5 milhões de euros em educação, 1,5 milhões de euros no tratamento dos resíduos sólidos e 1,5 milhões em investimento em água e saneamento, 1,5 milhões em cultura e desporto, 800 mil euros na ação social e meio milhão de euros no tratamento dos espaços verdes, sendo este, o Orçamento possível após 11 anos de uma gestão clara e baseada no que acredita ser o melhor para Vale de Cambra.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao vereador do pelouro, António Alberto Gomes que cumprimentou os presentes e os que acompanhavam a transmissão da sessão online.-----

Disse ter tido a colaboração do chefe da DFP, Rui Valente, para fazer a apresentação do Orçamento, através do visionamento dos dados projetados na tela, proferindo a seguinte intervenção:-----

“Os documentos previsionais de 2025 procuram materializar as opções do órgão executivo com um enquadramento que é fortemente condicionado pela economia nacional e internacional, o que provoca grandes dificuldades nas suas previsões.

Os documentos relativos a receitas provenientes de impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, foram aferidos de acordo com o disposto no alínea a) do 3.3 do POCAL, que passa a citar «as importâncias relativas a impostos, taxas e tarifas, a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetivas dos últimos 24 meses».-----

2024.12.05

A Lei do Orçamento de Estado para 2025 prevê que os municípios não podem, na elaboração dos Documentos Previsionais para 2025, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis e montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos 36 meses que precedem ao mês da sua elaboração. Não obstante, a receita orçamentada referida anteriormente pode ser, excecionalmente, de montante superior, se for demonstrada a existência de contratos já celebrados para a venda de bens imóveis.-----

Para 2025 não foi lançada mão deste prerrogativa, não recorremos a nenhuma excecionalidade.-----

Há que assumir que um dos fatores que imprime maior dificuldade na elaboração do orçamento e das receitas é o facto da impossibilidade da incorporação do saldo de execução orçamental de 2024 para poder ocorrer de imediato.-----

Estimando-se valores do saldo de gerência da execução orçamental que ultrapassarão os 8 milhões de euros, assume-se que só o Orçamento e as Grandes Opções do Plano corrigidas após a incorporação do saldo da execução orçamental 2024, é que poderão refletir a estratégia de desenvolvimento do município. É expectável que tal se verifique durante o próximo mês de fevereiro de 2025.-----

Assim, o orçamento municipal continua a refletir a política fiscal oportunamente apresentada de baixos impostos.-----

Possui um valor mais alto do que o Orçamento inicial de 2024, com total de 28.418.076 €, face aos 26.214.583 € anteriores. O Orçamento inicial de 2025, em termos de receita corrente prevê 19.725.294 €, de receita de capital 8.692.782 €, despesas correntes 18.858.162,80 €, despesas de capital com 9.559.903,20 € e despesa efetiva de 790.000 €.-----

A receita de 28.418.076 € reparte-se da seguinte forma:-----



7 - 8 -

Em receita fiscal 4.862.300€, em taxas 657.350€, em rendimentos de propriedade 871.600€, em transferências correntes um valor de 12.210.644€, em vendas de bens e serviços 2.023.250€, outras receitas correntes de 100.150€, vendas de bens de investimento 169.300 € e transferências de capital com 8.523.282€, ainda com residual outras receitas de capital com 150€.

No que à despesa concerne, temos um total de 28.418.076 € que é repartida da seguinte forma: com despesas com o pessoal de 8.666.950€; aquisição de bens e serviços com 7.186.762,80€; juros e outros encargos de 301.300€; transferências correntes de 2.101.700€; outras despesas correntes de 601.450€; aquisição de bens de capital com 8.534.663,20€; transferências de capital de 237.200 €; despesas com ativos fixos um valor residual de 50€ e despesas com passivos financeiros de 790.000€.

Relativamente às Grandes Opções do Plano salientam-se as funções sociais com um valor de 11.082.613,20€, num total das Grandes Opções de Plano de 14.724.126€, e dentro daquelas, a ação social com um valor de 5.350.813,20€ e a habitação e serviços coletivos com um valor de 2.598.400€.

Terminada a apresentação, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais para as normais intervenções e pedido de esclarecimentos.

- Manuel Correia de Campos cumprimentou os presentes e os que assistiam à sessão online.

Sobre o Orçamento, disse ter feito as contas para a distribuição da verba de 18.850 € prevista em remunerações permanentes na parte de despesas com pessoal e, com base nos 308 colaboradores constantes no Mapa de Pessoal que possui há dois meses, somando todos os valores da rubrica, cada trabalhador custa à Câmara Municipal, em média, 4.500,00€ por mês, e pensando não estar errado, frisou.

2024.12.05

Disse ainda, ainda consta na respetiva classificação do Orçamento, uma verba que antigamente era recebida da DGAL com destino às freguesias, no valor de 468.000 €, mas que já há alguns anos era transferida diretamente da DGAL, considerando que foi previsto o valor neste Orçamento somente para o empolar. Daí concluir que o orçamento é de, e frisou, quase 28.000 €.

Mencionando várias das despesas constantes e o empréstimo que foi pedido de 790.000 €, que considera uma dívida que tem de ser paga, os juros, o valor dos resíduos, parte social, a verba das Festas de St.º António e do Município, o valor da organização das Festas, os valores respeitantes às Marchas Populares, os artistas, acrescentou que se tivesse este orçamento economizava dois milhões de euros para abater naquele empréstimo, isto porque só se abateu o que era obrigatório, não se abateu mais, e que em sua opinião, se podia fazer mais abatimentos à dívida.

Face ao por si exposto, disse não concordar com o Orçamento e que, se o seu cálculo das despesas com pessoal estava errado, é porque lhe deram o Mapa de Pessoal errado, onde constavam somente 308 trabalhadores.

- **José Soares de Almeida**, renovando os cumprimentos a todos os presentes e aos que assistiam à sessão online.

Iniciou a intervenção falando que o atual orçamento não é apenas o último deste mandato, mas também o último de um ciclo de 3 mandatos em que o Executivo Municipal, apesar de diferentes quanto à composição, foi liderado com o mesmo Presidente, José Pinheiro.

Ao longo destes mandatos, os orçamentos aprovados tiveram em comum uma matriz humanista e como desiderato fundamental, fazer crescer Vale de Cambra, o que aconteceu numa primeira fase na qual foi necessário restaurar e recuperar as contas do município. Numa segunda fase de estabilização das contas,



aconteceu pelo meio uma pandemia, um período considerado difícil em que se apostou fundamentalmente na matriz social.-----

Sobre o documento apresentado, disse que possui quatro vertentes que considera fundamentais: o equilíbrio, a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, o princípio fundamental da equidade intergeracional, e por último, um orçamento que fundamentalmente se focaliza nas famílias, nas pessoas do concelho e no seu crescimento económico.-----

Disse ser bem visível nas contas que este é um orçamento equilibrado, não apenas pelo superavit que tem a nível do que é requerido pela Lei das Finanças locais, nomeadamente no artigo 40.º da Lei 73/2013, assegurado com as receitas correntes brutas a superarem as despesas correntes mais as amortizações médias dos empréstimos.-----

Quando o orçamento aposta muito no fator social, as receitas correntes têm tendência para diminuir, nomeadamente pela diminuição dos impostos, pela diminuição do preço dos bens e dos serviços prestados pela Câmara Municipal e também com o aumento de despesas correntes referentes aos apoios sociais e mesmo assim, este orçamento tem um superavit corrente de 900.000 €, ou seja, as receitas correntes, que são 19.700.000 € superam as despesas totais correntes de 18.800.000 €, ou seja, há 900.000 € de superavit corrente que o Município pode aplicar em despesas de capital, em investimento ou em amortizações de passivos financeiros.-----

Sobre a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal disse ser essa, uma preocupação do executivo CDS e por isso é que, numa primeira fase, procuraram recuperar a situação financeira do município, que na altura estava numa situação muito drástica, prevendo-se que haja uma amortização de empréstimos e a consequente diminuição destes durante 2025, de 790 mil euros, e que a dívida no final do próximo ano passe para cerca de 5 milhões e 700 mil euros, sendo

2024.12.05

esta a dívida financeira, a dívida remunerada mais baixa, de há mais de 20 anos. Existe, assim, uma "boa almofada" de liquidez, garantindo capacidade de endividamento, que no final do ano passado era de 15,7 milhões de euros, permitindo esta que a Câmara Municipal, numa situação qualquer, como de calamidade, ou em qualquer momento, possa contrair empréstimos, sendo o município de Vale de Cambra, conforme Anuário Financeiro dos Municípios portugueses, um dos 100 municípios do país com melhor eficiência financeira, passando entre 2022 e 2023, do 42.º lugar para o 35.º lugar, 7 lugares, dentro dos municípios de média dimensão.-----

Disse ser um orçamento que pugna pelo respeito, pelo princípio da solidariedade intergeracional, existindo sempre a preocupação de que são assumidos os compromissos do orçamento, além das responsabilidades contingentes que possam existir, para que não se comprometam as gerações futuras. Foca-se nas pessoas, nas famílias, no social e no crescimento da economia do concelho, tanto do lado das receitas como do lado das despesas; do lado das receitas, através dos impostos municipais que se mantêm no nível mais baixo de todos os municípios da Área Metropolitana do Porto, devolvendo o município de Vale de Cambra, dos 5% a que tem direito na participação do IRS, metade à população do concelho, que corresponde em 2025 a 570.000 € e, caso não o fizesse, como a maior parte dos municípios do país não o faz, teria mais de 570.000 € para gastar, mas as pessoas teriam que pagar mais esse valor de IRS.-----

Sobre a Derrama para as indústrias em Vale de Cambra, esta teve uma redução a nível nacional, desde 2013, de 25% para 21%, ou seja, teve uma redução de 16%, enquanto a derrama municipal, em Vale de Cambra, passou de 1,5% para 1%, ou seja, reduziu um terço o que representa mais do dobro do que foi reduzido no IRC que incide sobre os resultados das empresas a nível nacional.-----



A nível do preço da água, do saneamento e dos resíduos sólidos, lembra-se de ter referido na última Assembleia Municipal que, pelo último estudo da DECO, o município de Vale de Cambra é o que tem a fatura mais barata dos 17 municípios da Área Metropolitana do Porto, e o custo da fatura de um consumidor de 120 m³ de água por ano é de apenas 62% da média de toda a Área Metropolitana do Porto, ou seja, em média, cada cidadão da AMP paga 1.6 daquilo que paga um cidadão valecambrense. A exemplo, disse que no Concelho de Oliveira de Azeméis as pessoas pagam mais 90% do que pagam em Vale de Cambra, em São João da Madeira, pagam mais 70%, em Arouca pagam mais 60% e em Santa Maria da Feira pagam mais 70%. Face ao referido, o município de Vale de Cambra vai arrecadar em 2025 cerca de 1.700.000 € e, se extrapolasse a média referida iria arrecadar 2.700.000 €, frisando que enriquecia a Câmara Municipal com mais 1.000.000 de euros, mas empobrecia as famílias do concelho nesse mesmo montante.-----

No aspeto social, o orçamento pugna pela habitação social, prevendo um investimento nesta área de 2,6 milhões de euros em 2025 e mais 540.000 euros em 2026, ao abrigo da Estratégia Local de Habitação.-----

Disse ser notório o apoio escolar face ao que a Câmara Municipal tem feito junto das crianças e dos jovens Valecambrenses através da atribuição de material escolar e de manuais; pelo reforço das atividades extra curriculares- AEC; com o projeto Raízes, pelo qual se combate o insucesso escolar e envolve cerca de 60 crianças e jovens que são apoiados por psicólogos, terapeutas da fala, tendo este projeto resultados de tal maneira excelentes que existe uma fila de espera para o integrar; com o projeto SENTIR, o qual, após a sua adjudicação, apoia 600 jovens do concelho, na proteção da sua saúde mental, o qual tem registado muitos bons resultados; pelo apoio através das bolsas de estudo, tendo sido apoiados, nos 3

últimos anos, 171 jovens; através do apoio à Escola Tecnológica e não só nesta área.-----

Existe também uma grande preocupação a nível da saúde e na melhor prestação dos cuidados de saúde, prevendo o orçamento a requalificação do Centro de Saúde de Vale de Cambra e a criação do novo polo em Junqueira, num investimento total próximo de 1.4 milhões de euros.-----

Sobre o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, prevê o orçamento uma alocação de 2.060.000 €, 1.480.000 € em despesas de capital, mais 580.000 € em despesas correntes, um projeto no total de 3,6 milhões, todo ele financiado ao abrigo do PRR. Neste âmbito, frisou, disse que a receita de capital de 5,3 milhões de euros é a participação comunitária em projetos co-financiados, confirmando-se o que já transmitiu àquela Assembleia Municipal sobre o último quadro comunitário de apoio, o PT 20 20, no que diz respeito aos projetos na esfera do município de Vale de Cambra, que foi o terceiro dos 17 municípios da Área Metropolitana do Porto, que maior aproveitamento teve em fundos comunitários, per capita.-----

- **Rosária Leite Tavares** cumprimentou todos os presentes e os que se encontravam a assistir online.-----

Pedindo permissão ao Sr. Presidente da Mesa, ofereceu ao Dr. José Soares, uma moldura com a notícia de jornal, citando o título "Dirigente do CDS paga para não ir a julgamento." para cumprir uma promessa que fez na última sessão da Assembleia Municipal. **Pedindo a palavra, o deputado municipal José Soares**, de imediato agradeceu a lembrança, lamentando nada ter para retribuir, dizendo que quando foi eleito para este cargo, tal como os seus colegas aquando da candidatura, não se propuseram à população do concelho, utilizar este órgão para vir fazer ofertas, por considerá-lo um órgão sério em que todos têm de trabalhar e de se abstrair de situações que são laterais àquilo que é o objetivo da sua eleição.



Mais disse que se tivesse alguma lembrança para oferecer, seria seguramente um disco dos Táxi, por considerar ser uma boa música comparada à música que a bancada do PSD tem estado ali a dar sobre os táxis e sobre os taxistas que fazem pareceres jurídicos.-----

Concluído o ato da oferta, a deputada municipal Rosária Leite Tavares disse pretender, em nome da bancada do PSD e acima de tudo como uma cidadã valecambrense, expressar a frustração que muitos sentem em relação à estagnação que tem marcado o município de Vale de Cambra, fazendo-o com alguma indignação, isto por ser inegável que ao longo destes mandatos, apesar de algumas iniciativas merecerem reconhecimento, se deve fazer uma reflexão sobre o pouco que foi feito e, sobre o muito que ficou por fazer. -----

Disse ter havido nos últimos anos inúmeras oportunidades de promover mudanças significativas, que poderiam ter elevado a qualidade de vida dos Valecambrenses, mas que se presenciava um cenário de inação, de falta de visão que leva o concelho a um estado de marasmo;-----

Disse haver projetos que poderiam ter revitalizado o centro urbano, melhorado o comércio local, a mobilidade, promovido a inclusão social e incentivado o desenvolvimento económico que foram deixados de lado, deixando a população sem resposta às suas necessidade;-----

Disse ser inaceitável que em pleno século XXI nada se faça em relação a problemas básicos que afetam o dia a dia, como a falta de infraestruturas adequadas e ainda se enfrente a ausência de políticas efetivas para a promoção da cultura. -----

Em sua opinião, a qualidade de vida em Vale de Cambra nunca poderá ser uma questão de números ou de estatísticas, mas sim uma questão de dignidade, sendo, assim, inaceitável que alguns dos cidadãos valecambrenses ainda vivam

em condições que não correspondem ao que se espera de uma sociedade justa e equitativa.-----

Frisa, por isso, ser necessário um plano claro e ambicioso de alguém que coloque as pessoas no centro das decisões, que escute as vozes dos valecambrenses e que trabalhe para resolver os problemas que estes enfrentam diariamente.-----

Face ao orçamento que agora se apresenta, disse ser evidente que as ações concretas se tornam ainda mais urgentes, constatando uma paralisia onde as decisões são adiadas e as prioridades não são definidas, como o caso do turismo, área tal como a da cultura, onde há projetos que custaram uma pipa de massa, mas não passaram do papel e não passam de mera utopia.-----

“De Suíça Portuguesa passamos a Vale Mágico e agora com muito pouco gosto, passamos a Vale de Cambra Com Muito Gosto” citou, pedindo, a propósito do vídeo promocional desta marca, a classificação obtida no concurso.-----

No âmbito do assunto cultura, apetece-lhe perguntar ao Senhor Presidente, onde estava aquele museu dos lacticínios que prometeu e, onde estavam as iniciativas e os incentivos para reter em Vale de Cambra os jovens, que se sentiam obrigados a deixar a sua comunidade em busca de cidades que lhes oferecem uma vida mais atrativa, seja pelo emprego, pela cultura ou lazer.-----

Os jovens são coração pulsante de qualquer sociedade, trazem inovação, energia e novas ideias que podem transformar o nosso concelho no lugar vibrante e dinâmico, mas sem políticas que promovam a sua permanência, corre-se o risco de perder, não só os talentos, mas também a nossa identidade e a nossa vitalidade.-----

De seguida perguntou ao vereador André Silva pelo Conselho Municipal de Juventude, dizendo ser este um *flop*, que não funciona, que não é representativo, não se revendo neste, os jovens valecambrenses por nele não terem voz. Disse que a bancada do PSD fez algumas propostas, tal como o projeto jovem autarca,



2024.12.05

ATA N.º 8/24

FL. N.º 9

e não ter havido recetividade, achando que o executivo não quer ouvir as vozes dos nossos jovens, nem dar-lhes a importância que eles merecem e que eles têm. Sobre a educação, perguntou ao Sr. Presidente, como estavam a correr as aulas do ensino superior em Vale de Cambra, afirmando de imediato que na verdade não decorrem, tal como a formação profissional, que também não anda muito bem da “saúde”, disse. Frisou que a educação não se cinge a docentes e a uma casa, pois para que funcione, os funcionários administrativos desta área são valiosíssimos, porque sem o trabalho deles, nada avança e tudo para, sentindo-se estes ignorados e maltratados por sentirem uma pressão enorme devido à falta de pessoal e também pela falta de progressão na carreira de forma digna e justa.----

Sobre promessas feitas pelo o Sr. Presidente da Câmara Municipal, perguntou-lhe onde estava o famoso queijo 100% raça arouquesa, que não existe, disse, como era de prever.-----

Sobre o vinho e o mel, perguntou que incentivo foi dado pelo município à sua produção, qual foi o investimento municipal no apoio à agricultura e o estímulo dado aos jovens para se dedicarem à agricultura, frisando também que nada foi feito.-----

Sendo Vale de Cambra um concelho conhecido como sendo o berço nacional dos laticínios, perguntou ao Sr. Presidente se este sabia quantas cabeças de gado produzem leite em Vale de Cambra.-----

Sobre o comércio local, disse que os comerciantes vivem tempos difíceis e que o comércio local sufoca e, vai tentando sobreviver, questionando o que estava previsto neste orçamento para inverter essa situação, pois não seriam suficientes concursos de Natal e iniciativas sazonais, dado que os comerciantes precisam de apoio todo o ano.-----

Sobre o parque industrial, questionou o Sr. Presidente sobre o número de lotes industriais vendidos pela Câmara Municipal durante estes 3 mandatos.-----

2024.12.05

Sobre a saúde, disse ser inegável que os valecambrenses são envenenados diariamente e há décadas com água contaminada, a troco de meia dúzia de trocos, disse. Como referido pelo Dr. José Soares, a água em Vale de Cambra é realmente barata, mas, infelizmente, somente para alguns.-----

Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a qualidade do ar em Vale de Cambra e o que fez a Câmara Municipal para inverter a situação, uma vez que todos os dias se inala ar poluído. -----

Sobre as praias do concelho, que deveriam ser locais de lazer para os Valecambrenses e para quem nos visita, disse que em vez de peixe, tem salmonela.-----

Estando a acabar o mandato do Sr. Presidente, perguntou-lhe como iria explicar aos valecambrenses que ainda não têm água e saneamento, o facto destes continuarem sem água e saneamento, apesar de lhes ter prometido uma cobertura geral no concelho.-----

Questionou ainda o Sr. Presidente, quanto à rede de transportes públicos, amiga do ambiente, aquela que nunca aconteceu, tal como as obras do largo da feira, que, apesar do líder da bancada do CDS ser contra, são mesmo necessárias, referindo ainda que o Parque da Cidade – Dr. Eduardo Coelho, está desmazelado, sem dedicação, sem carinho, sendo tratado como se fosse lixo, não sendo aproveitado como poderia ser.-----

Frisou ter havido uma destruição do nosso património, sem remorsos de apagar o passado e substituí-lo por betão armado, pois seria bonito que no centro crescesse a habitação e se mantivessem as fachadas que outrora circundavam o Mercado, que via de frente o café avenida e que os transportava, por momentos, para outros tempos, questionando o que resta dessa história, quantos edifícios restam do passado, afirmando que modernizar não significa destruir, antevendo uma resposta do Sr. Presidente de que a culpa não é sua, o que sabe, porque



normalmente arranja sempre desculpas para a falta disto e daquilo, nunca ficando com as culpas. Contudo, disse ser possível fazer alguma coisa e por isso desafia o Sr. Presidente a contestar o legado de obra e crescimento que o PSD deixou, como a Biblioteca Municipal, Escola EB 2 3 do Búzio, Escola EB 2 3 das Dairas, Escola Básica de Codal, Centro Educativo Arões Junqueira, Escola Primária de Vila Chã, Requalificação do Centro Urbano, Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho, frisando que, apesar de ter sido obra do tempo do PSD, o Sr. Presidente o reinaugurou, Requalificação de Fundo da Escola Secundária de Vale de Cambra, Complexo Desportivo N.º 2 das Dairas, Piscinas Municipais, Piscinas em Arões, aquelas que o executivo CDS tapou com terra, Posto da GNR, acesso Vale de Cambra - Oliveira de Azeméis, Praça Comendador Álvaro Pinho da Costa leite, Zona Industrial do Rossio, de Lordelo e da Calvela, Heliporto, Quartel dos Bombeiros Voluntários, Casa Mortuária de São Pedro de Castelões aquela que depois o Sérgio Soares, atual Presidente, converteu em Junta de Freguesia; Variante Vale de Cambra - Arões, Centro Cultural de Macieira de Cambra, Centro Cívico de Rôge, Requalificação do Centro de Macieira de Cambra, dizendo ter muitas mais, não sendo esta uma lista completa de tudo o que foi feito, mas apenas algumas das obras realizadas em mandatos do PSD perguntando de seguida ao Sr. Presidente, se não gostaria de poder voltar atrás no tempo, recomeçar de novo e fazer alguma coisinha por Vale de Cambra e pelos Valecambrenses.-----

Argumentou que se passaram dois anos e o Sr. Presidente apresenta um Orçamento o qual compara a uma mão cheia de nada, onde existe falta de visão, de estratégia e de inovação do futuro, e que, apesar do tempo que esteve no executivo, deixava um legado pobre que coloca Vale de Cambra refém da estagnação.-----

2024.12.05

Constata que, se por um lado se sentem frágeis perante a enormidade dos problemas que Vale de Cambra atravessa, por outro lado sentem-se fortes em coragem, ambição e energia para lutar por uma Vale de Cambra ao colo de um vale mágico, onde tudo desaparece.-----

Finalizando, disse que a bancada do PSD, à qual sente orgulho em pertencer, fará o seu trabalho até ao último dia para os valecambrenses que neles confiaram, e estarão ainda presentes para construir uma alternativa honesta e competente para Vale de Cambra, porque Vale de Cambra merece muito mais do que aquilo que lhes foi dado nos últimos 12 anos.-----

-Victor de Sousa Tavares cumprimentou os presentes e os que se encontravam a assistir online.

Antes de começar a sua intervenção sobre o Orçamento, pediu informação ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre o Centro de Saúde de Macieira de Cambra, por ser urgente.-----

De seguida, disse que, atualmente, um Presidente de Junta é sinónimo de resiliência, paciência e um pedinte, face aos desafios e às exigências da população que serve, que são legítimas pois quer se viva no centro urbano ou na aldeia, o direito a melhores condições de vida, melhores acessibilidades, melhores condições de saneamento e água, é o mesmo.-----

Sobre a água e saneamento, disse ser uma das grandes falhas do nosso concelho, e, apesar do custo da água ser dos mais baixos da Área Metropolitana do Porto, devia chegar a mais pessoas, que presentemente recorrem a outros meios de abastecimento de águas que são impróprias para consumo, devendo ser feito pela Câmara Municipal um maior investimento nesta área. Na sua freguesia, o saneamento é pouco ou nenhum. Em Lourosa está por terminar, mas existem ainda os lugares de Malhundes, Cabanelas, Pintalhos, todas as aldeias a norte da freguesia de Macieira de Cambra estão sem cobertura de água e



(Handwritten signature)

saneamento, apesar do emissário estar próximo de algumas delas, o que implicaria que o custo não fosse exorbitante. Assim, espera que a Câmara Municipal tenha previstas neste orçamento as zonas que são prioridade para Vale de Cambra e para a Freguesia de Macieira de Cambra.-----

-Ana Raquel Pinheiro cumprimentou os presentes e os que se encontravam a assistir online.-----

Referiu ter ouvido tudo o que foi dito nesta análise do último orçamento do CDS, sendo 311.000.000 de euros, o montante que este executivo geriu e gere nestes 12 anos, e 30% desse valor, 93.000.000 de euros, o que considera ser muito dinheiro, os restantes 70% são 211.000.000 de euros relativos a custos fixos permanentes.-----

Na última Assembleia Municipal falou-se de um Vale Mágico onde todos eram muito felizes, chegando-se agora a Vale de Cambra com muito gosto, onde o CDS acha que está tudo bem, mas, ao observar Vale de Cambra, não se veem onde foram investidos os 93.000.000 de euros que estiveram e ainda estão nas mãos do CDS para serem geridos.-----

Para esclarecer disse que aquele montante permitiria investir um valor anual de, por exemplo, 1.000.000 de euros em água; 1.000.000 de euros em saneamento; 1.000.000 de euros em cultura; 1.000.000 de euros na expansão das zonas industriais; 1.000.000 de euros em desporto; 1 000 000 de euros em expansão de redes viárias e não só, mais 1 000 000 de euros num pacote de incentivos à fixação de jovens e empresas no concelho de Vale de Cambra. Somando todos os valores, que considerou no exemplo, um total de 84.000.000 de euros, não chegando aos 93.000.000 de euros referidos.-----

Deixando esta utopia e partindo para a realidade, disse pretender analisar casos práticos com algum detalhe, como o valor previsto para investir nas festas de Santo António, 340.000€ e o valor de 390.000€, previsto para saneamento:-----

2024.12.05

- sobre a verba para as Festas de Santo António, somente 15% dessa verba será destinada às marchas, as quais considera ser, efetivamente e verdadeiramente, a cultura popular;-----

- sobre a rede de água, água que dizem ter os preços mais baixos da AMP, o CDS deve achar que as pessoas não preferem pagar mais uns euros, evitando, assim, beber água de pontos não controlados, que criam problemas para a saúde pública.-----

Relativamente à rede viária, perguntou, qual a razão para não se fazerem duas obras estruturais, como a Alameda da nossa Senhora da Saúde ou a correção da curva da reta da Batalha.-----

Com 93.000.000 de euros, o CDS não conseguiu fazer nenhuma destas duas obras. Com estes 93.000.000 de euros, se bem geridos, ainda seria possível, o Museu Nacional dos Laticínios no Martins e Rebelo. Mas, neste orçamento temos um valor significativo, a questão dos 50€, que são só para a abertura de rubrica.-

Em suma, através deste orçamento não se consegue vislumbrar qual a estratégia municipal, verificando-se que existem rubricas abertas com verbas insignificantes, bem longe do valor que seria o gasto efetivo, considerando que desta forma, não se está a apostar nas pessoas, no futuro, nem se faz crescer Vale de Cambra.---

-Ana Rita Martins cumprimentou os presentes e os que se encontravam a assistir online.-----

Disse ser esta, uma discussão de mais um orçamento que, mais uma vez, não será um verdadeiro orçamento, porque, tal como disse o vereador do pelouro na reunião da Câmara Municipal, cerca de 30% deste orçamento, 8.500.000€, ainda vão ser incorporados através do saldo da Conta de Gerência. Nas suas considerações disse que as receitas correntes, cerca de 70% proveem do Estado Central e de Impostos Municipais, verificando-se que a Câmara Municipal de Vale de Cambra está cada vez mais dependente destes valores; a receita de capital,



8 - 8

que representa 30%, exclusivamente de transferências de subsídios da administração pública central, como sejam, os fundos comunitários que proliferam com o final do PT 20 20, o Portugal 20 30, com uma taxa de participação altamente elevada, cerca de 85%, prevendo-se receber fundos comunitários de 5.3 milhões de euros, que se traduz num investimento médio de pouco mais de 6 milhões de euros, o que demonstra, tanto na sua perspetiva como na perspetiva do PSD de Vale de Cambra, uma falta de visão e de ambição deste executivo que poderia dotar este concelho de mais equipamentos e infraestruturas para melhorar a qualidade dos cidadãos.-----

A despesa corrente absorve grande parte do orçamento, cerca de $\frac{2}{3}$, 66.4%; os gastos com pessoal correspondem a 42%, repartidos em parte direta e em parte indireta com os trabalhos especializados e que as despesas de capital se ficavam pelos 9,6 milhões de euros, 33% da despesa orçamentada.-----

Para quem disse, no longínquo ano de 2013, pelo slogan que iria fazer crescer Vale de Cambra, por inspiração no concelho vizinho, Arouca, e que o grande objetivo seria impulsionar o turismo, achou curioso que a rubrica respetiva só tenha um modesto valor de 25.450€, o que espelha bem as orientações ou a falta delas neste executivo.-----

Quanto à justificação para esta inércia, competência, falta de visão para este concelho, disse já terem decorrido 11 anos após a dívida deixada pelo anterior executivo, achando, por isso, estar tudo dito, mas que se voltava sempre a esta mesma falácia. Disse que a dívida foi deixada pelo anterior executivo, mas permitiu investimentos e permitiu que este executivo CDS recebesse fundos comunitários relativos aos investimentos feitos, recebesse riqueza gerada por esses investimentos, com seria o caso das zonas industriais, que desde esse período de 2013, estagnaram e não tiveram qualquer alargamento; disse ser escassa a expansão da rede de água e saneamento e que ainda hoje se

2024.12.05

recolhem louros, usufruindo a população das grandes obras executadas no executivo PSD, como o Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho, entre outras obras que obtiveram fundos comunitários além da despesa de capital usada na altura pelo PSD, apesar da forte crítica do CDS.-----

Mostrou quadros do PORDATA comparativos dos períodos dos executivos PSD e CDS, entre 2009 e 2013, período do PSD e entre 2014 e 2019, período CDS/PP.

Explicando os quadros disse que em média, a despesa de capital que o PSD tinha, era de 6,3 milhões, enquanto a média de despesa corrente era 9,7 milhões, sendo a média de 16 milhões;

a média de despesa total do CDS era de 14.1 milhões, sendo que a despesa corrente era muito parecida com a despesa corrente do PSD 9,4 milhões, e a média no período CDS, em termos de despesa de capital é de 4.7 milhões, verificando-se uma diferença de 25% de um face ao outro em termos de despesa de capital, devendo-se a diferença ao investimento que trouxe obra e riqueza que hoje gera impostos para o CDS.-----

Baseando-se noutro quadro do PORDATA explicou que, em média, em termos de receita advinda de impostos no período do PSD, um valecambrense pagava 76€, pagando no período CDS, 110 €, concluindo da análise desse quadro que um valecambrense pagava mais em impostos, num período de executivo CDS do que pagava num período de executivo PSD.-----

O PSD aumentou a carga fiscal, mas, em média, em termos de impostos, esta representava para as receitas do PSD, 20% e para o CDS representa 27%, concluindo, assim, que o CDS dependia mais da receita de impostos do que o PSD, conforme o gráfico que mostrou.-----

Relativamente às grandes Opções do Plano, as rubricas da Segurança e Ordem Públicas Proteção Civil e Luta contra os Incêndios disse achar o valor de 135.100€, muito pouco relativamente às situações que podem advir das



2024.12.05

ATA N.º 8 / 24

FL. N.º 13

catástrofes naturais, como as que têm acontecido, pelo que seria importante haver um reforço de verbas.-----

Quanto à cultura, existe um valor de 625 200€, que pretende saber a que se destina, por lhe parecer pouco se for para a programação e recursos humanos do CAE, perguntando qual será o valor para este tipo de serviços.-----

Pretende também um esclarecimento sobre o valor que está atribuído ao comércio e ao turismo, 25.450€, áreas consideradas fulcrais para o desenvolvimento económico social do concelho e que, em sua opinião, tem sido negligenciadas por parte deste executivo.-----

Questionou se o valor de dotação dos projetos com participação de fundos comunitários, onde apenas existe a dotação de 5.200.000€, não poderia ser superior uma vez que se aproxima o fim do ano 2025 e o Portugal 20 30 está a começar.-----

Segundo a Informação Municipal, existem mais de uma dúzia de processos judiciais pendentes, com várias entidades, sendo as principais Carlos Pinho, Empribuild, Suma, Ecoambiente e desse valor que ascende a 2.4 milhões de euros e, se a estes valores acrescentarmos 922.500, referente ao pedido para anulação da deliberação proferida pela Câmara Municipal pela Socértima teremos uma situação muito preocupante, não só em termos financeiros no futuro, mas também na imagem, credibilidade e reputação do nosso concelho. Sobre os custos referidos, perguntou qual o valor salvaguardado no orçamento e qual a rubrica e, caso não exista nada em orçamento, qual a razão.-----

- **Sérgio Miguel dos Santos Soares**, cumprimentou os presentes e os que se encontravam a assistir online.-----

Começou por dizer que quando se fala em orçamento se fala em projetos para o futuro ano, para um próspero Ano Novo cheio de coisas boas, dada a data natalícia, pedindo esclarecimentos sobre as rubricas com verbas para obras que

2024.12.05

não se vão concretizar, facto que o entristece porque se propôs a colaborar e a ajudar para que elas se realizassem e depois destes anos todos, elas ainda não estão feitas, como era o caso da Alameda da Senhora da Saúde, o acesso a um local visitado por milhares de pessoas, não só no dia 14 e 15 de Agosto, mas durante todo o ano, por ser um local de culto. Pediu consideração pelo local, não só pelo aspeto religioso, mas também pela sua história e, tendo em conta a sua envolvente, pediu para que no próximo PDM constasse como área a ser requalificada para que houvesse a possibilidade de fixação de pessoas, o que foi aceite pela Câmara Municipal, que alterou para área de construção a zona envolvente. Mas, estando a rubrica do orçamento com apenas 5.000€, valor que pode ser revisto, perguntou ao Sr. Presidente, o ponto da situação da Alameda da Senhora da Saúde, dado que a sua concretização seria um fator positivo neste final do seu mandato por ser um desejo de todos os valecambrenses, em especial dos castelonenses.-----

Perguntou se já estava prevista a ETAR de Janardo para a resolução dos problemas que existem há décadas e, falando das pessoas de Janardo, disse que necessitavam que fossem melhoradas as condições de vida porque estão afastadas da zona central, tendo somente o privilégio de ter uma vista para uma paisagem excelente, não sendo isso suficiente para as fazer lá residir durante todo o ano. Tem conhecimento que já existem alguns projetos, existe a possibilidade da aprovação de candidaturas e uma enorme vontade do Sr. Presidente da Câmara, em realizar estas obras, e seria muito bom se pelo menos fizessem o saneamento de Janardo, o abastecimento da água em Decide e parte da Sr.^a da Saúde.-----

Comparando Janardo a outro qualquer lugar do concelho afastado do centro do concelho, disse que todos têm de ter as infraestruturas básicas ou a maior parte delas, para que as pessoas se sintam bem nos seus lugares, sabendo que apesar



do esforço que tem sido feito para que tudo isso aconteça, havia situações onde não se podia demorar tanto tempo, pedindo que, no mínimo, se faça a ETAR de Janardo ou a assistência à população com uma cisterna ou através de uma empresa, para que todas as pessoas possam ter esse serviço.-----

Sobre as verbas a transferir para as Freguesias, face à delegação de competências, referiu ser insuficiente, dado o aumento do custo da mão de obra e do material porque tudo agora ficava mais caro e, dadas as condições climáticas, as limpezas teriam de ser feitas com mais regularidade.-----

Disse não querer tirar qualquer protagonismo à Câmara Municipal, mas pensa que seria uma boa ideia celebrar mais contratos interadministrativos como apoio à realização de atividades mais próximas das comunidades porque é ao Presidente da Junta que as pessoas pedem a primeira ajuda, servindo o presente apelo para que consiga apoiar os fregueses de S. Pedro de Castelões, para que estes sintam orgulho de continuar a lá residir, para que não se registre perda de população, tendência que se tem vindo a verificar apesar de existirem boas condições naturais para os receber, e, fazendo as infraestruturas em falta, certamente aumentaria a população residente.-----

- João Carvalho da Silva, renovou os cumprimentos a todos os presentes e aos que se encontravam a assistir online, começando por dizer que não achou ser suficiente a apresentação de um orçamento através de muitos quadros, muitos números, pois considera-o, mais do que um conjunto de números, um conjunto de opções políticas, de ideias que mudam a vida das pessoas, conforme lhe foi ensinado e assim leva para a vida.-----

Face às intervenções do Dr. José Soares e da sua colega de bancada, Rosária Tavares, pretende deixar a sua opinião, primeiramente afirmando que as promessas têm de ser respeitadas e cumpridas, sendo essa uma forma de estar em política, seja qual for a situação.-----

2024.12.05

De seguida frisou que a água em Vale de Cambra não é a mais barata de todas, mas que os valecambrenses não a pagavam porque não a tinham, assim como também não tinham o saneamento, apesar de serem serviços que muitos gostavam de pagar.-----

Por não haver intervenções dos Presidentes de Junta das freguesias de Arões, Junqueira e Rôge, constatou que nessas freguesias do interior, não devia haver problemas, estando os fregueses satisfeitos, nomeadamente quanto às redes de água e saneamento.-----

Disse querer salientar uma palavra que confunde as pessoas, o superavit, que em economia, não é outra coisa senão uma fórmula que se arranja para mostrar que está tudo bem no concelho afirmando, nesse alinhamento que, e recuando alguns anos, no tempo do Salazar, os cofres estavam todos cheios, mas as pessoas passavam fome, devendo em sua opinião, o dinheiro público ser usado para as pessoas, não o colocando numa conta a prazo para o ver crescer, considerando uma ideia utópica ter muito dinheiro quando as pessoas não têm uma rede de transportes públicos, não têm água e saneamento em casa, não têm os apoios que precisam nem qualquer outro incentivo, como o de arranjar um lote para implementar uma empresa numa Zona Industrial, um incentivo a um jovem que quer fazer um projeto empresarial, que nem sequer tem a quem se dirigir, porque em Vale de Cambra não existe um gabinete próprio e capaz de suportar de forma eficiente os jovens valecambrenses no sentido destes se afirmarem sob o ponto de vista empresarial.-----

O chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara disse que Vale de Cambra é a capital do aço, um motor económico importantíssimo, pelo que gostava de questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o deputado municipal, José Soares, sobre o que foi feito a nível autárquico, durante 12 anos, para que houvesse um crescimento económico brutal, uma diversidade empresarial



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2024.12.05

ATA N.º 8 / 24

FL N.º 15

incrível, pois que em sua opinião, frisa, se os empresários estivessem à espera do município, não estariam no nível de desenvolvimento que estão, o qual devem a eles próprios. -----

Referindo-se à intervenção do deputado municipal José Soares, concorda que é difícil defender o indefensável, relembrando que na última sessão, aquele afirmou que não queria saber dos CAE (Classificação de Atividades Económicas) de cada vez que celebrava um contrato, o que o desiludiu por ser importantíssimo saber a origem da empresa, e também o seu histórico, informação que dá conforto a quem contrata. A propósito, quis falar de um tema, para si, importante, referindo que aquele deputado municipal, disse numa sessão, estar indignado por em 50 anos, longevidade que admira, frisou, nunca ter visto uma atitude bruta, selvagem, como a da sua pessoa em relação à deputada municipal Sónia Sá, que não está presente nesta sessão, comentou. Face a essa expressão, questionou o deputado municipal sobre o que tem a dizer quanto às declarações do Chefe de Gabinete do Sr. Presidente da Câmara e seu líder, em relação aos comentários públicos feitos no Facebook relativos a uma empresa de Vale de Cambra e em relação a um concurso público de uma empresa de Vale de Cambra, os quais considera ser uma vergonha, por misturar um contrato público com uma candidatura, numa tentativa de justificar erros.-----

Pretende esclarecer ainda, e para que se perceba a lógica da governação, disse, que os cinco senhores ali presentes que fazem parte do executivo que exerce as funções tempo inteiro, recebem por ano cerca de 235.000€. Contudo, sendo a Câmara Municipal o grande motor que quer acabar com a desigualdade e com a situação das pessoas que não têm água e saneamento, gasta 150 mil euros em água e 150 mil euros em saneamento, concluindo que o valor que recebem é maior do que o investimento que deviam ter feito num dos maiores flagelos do

2024.12.05

município e que seria feliz se recebessem isso, mas resolvessem os problemas, o que não aconteceu durante 12 anos.-----

Acrescentou que, conforme entrevista dada pelo Sr. Presidente no Porto Canal, a qual poderia disponibilizar, se dúvidas houvessem, este prometeu uma rede de transportes amiga do ambiente, prometeu queijo de vaca arouquesa que seria 100% arouquense, prometeu água e saneamento para todos, prometeu acabar com a dívida, prometeu tudo, considerando que brincou com as pessoas, ao fazer tais afirmações porque nada fez do que prometeu, havendo somente uma única obra feita e que não foi de raiz, que foi a restauração do antigo cinema, agora Centro de Artes e Espetáculos, do qual ainda nem se fala da sua abertura.-----

Face ao por si referido, diz ser inadmissível a crítica que o CDS faz ao PSD, que durante 8 anos fez uma obra notável em Vale de Cambra, como o Parque da Cidade onde o Sr. Presidente corre, as piscinas que iam ser agora tapadas e transformadas para outro tipo de uso, as escolas que os nossos alunos frequentam, não sendo mentira o que está a afirmar, havendo ainda mais obras, como em Junqueira, em Cepelos, em S. Pedro de Castelões, como poderia comprovar o atual Presidente da Junta, Sérgio Soares, que já esteve no seu lado partidário e sabe perfeitamente que foi feita obra.-----

Terminando a intervenção, disse que no final dos mandatos, gostava de oferecer uma medalha ao Sr. Presidente, José Pinheiro, a dizer, "Parabéns Sr. Presidente", mas que a única medalha que lhe poderia oferecer era a medalha do quase, "Quase que fez alguma coisa, Sr. Presidente", estando os valecambrenses e as próximas gerações felizes porque só faltava um ano para aquele se ir embora.-----

- **José Soares de Almeida, usou da palavra para uma intervenção complementar.**-----



2024.12.05

ATA N.º 8 / 24

FL. N.º 16

Respondendo às intervenções feitas pelos dois últimos membros da bancada PSD, afirmou que tendo escutado as afirmações dos membros do PSD, tal como todos escutaram, seria de pensar de que até 2013 os valecambrenses viveram no paraíso, no Éden e que de repente, com a eleição do CDS, caíram no inferno! Certamente não foi o que pensou e o que tem pensado a maioria da população de Vale de Cambra que, ao longo dos últimos sufrágios reforçou a maioria com que este executivo tem exercido funções.-----

Respondeu que a atividade municipal não tem de estar somente concentrada no betão, porque existem outras despesas, outras tarefas e outras ações que se podem desenvolver, tendo a deputada municipal falado de um conjunto de obras, mas, esqueceu-se daquela que levou mais betão, que foi o Parque de estacionamento subterrâneo.-----

Disse que o problema do concelho, não é a estagnação nem o marasmo, como referiu a deputada municipal Rosária Tavares, mas sim o problema demográfico, registando Vale de Cambra entre 2001 e 2011, durante um executivo PSD, uma diminuição de 193 habitantes, entre 2011 e 2021, período em que partilharam a Presidência do executivo o PSD e o CDS, esta quebra desacelerou para 159 e em 2022, com governação do CDS, ficou-se por 45 habitantes, tendo, em 2023, havido uma inversão, tendo a população do concelho aumentado.-----

Quanto ao referido sobre as empresas, que não podem funcionar, que estão amarradas respondeu que entre 2019, ano imediatamente anterior à pandemia, e o ano 2022, o volume de negócios das empresas localizadas em Vale de Cambra passou de 707 milhões de euros para 909 milhões de euros e as exportações, em termos de riqueza nacional, cresceram de 238 milhões para 310 milhões entre 2019 e 2023.-----

Relativamente aos impostos, a deputada municipal disse que o valor arrecadado aumentou, mas aumentou depois de se baixarem todas as taxas de impostos,

2024.12.05

como a taxa de Derrama, que baixou 33%, passando de 1,5% para 1%, a taxa do IMI, que passou para a taxa mais baixa de três por mil nos prédios urbanos e, quanto ao IRS, de nada se devolver à população, passou-se a devolver 2,5%, sendo estas medidas que fazem subir o valor do imposto arrecadado, porque as pessoas investem e passam a residir onde têm cargas fiscais mais baixas, aumentando assim a base de incidência e aumentando também o valor arrecadado.-----

Sobre o turismo, que dizem ser um desastre em Vale de Cambra, respondeu que as receitas do alojamento turístico, entre 2019, ano imediatamente anterior à pandemia, frisou, passaram de 734.000 €, para 993.000€ no ano de 2023;-----

Quanto ao desemprego e à paragem das empresas por falta de investimento e pela falta de criação de condições para investir bem, respondeu que, face aos dados da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, e comparando estes dados com o período homólogo do ano anterior e do segundo trimestre deste ano, o número de desempregados em Vale de Cambra caiu 14%, quando Santa Maria da Feira regista 28%; Oliveira de Azeméis, 23% e São João da Madeira, 18%.-----

Quanto ao aspeto social e a criação de riqueza, disse que em Vale de Cambra, os beneficiários do rendimento social de inserção representam apenas 9% da população, enquanto que a Área Metropolitana do Porto tem 3,2% e no país 2,3% da população.-----

Os dados que apresentou demonstram como fazer Vale de Cambra crescer, sendo isso que irão continuar a fazer, por ser esse o seu desígnio e por ter a certeza que este ano, ao contrário do que afirma a oposição, não será o último mandato do CDS/PP.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que prestou os esclarecimentos pedidos:-----



Disse que iria responder às intervenções dos deputados municipais, apesar de muitas intervenções terem sido meras críticas, outras meras utopias e outras terem sido uma clara tentativa de traçar um cenário negro no município de Vale de Cambra, com a qual não concorda por não corresponder à realidade.-----

Começou por responder ao Sr. Presidente da União de Freguesias, Sr. Campos, dizendo-lhe que os valores a ter em conta se encontravam na linha abaixo da que leu, sendo essa a correspondente às despesas com o pessoal, estando o Mapa de Pessoal correto, porque não pode haver diferença entre o número de colaboradores ao serviço e os mapas de pessoal, pretendendo que isso fique bem claro e que não haja equívocos nem se façam contas a partir de uma base financeira muito superior à verdadeira.-----

Quanto às dívidas dos municípios, disse serem dívidas que estão contratualizadas com a banca, têm uma mensalidade, um período de duração, uma amortização de acordo com o que foi negociado, estando este executivo a pagar as dívidas que contraiu, e bem, bem como aquelas contraídas por executivos anteriores, inclusive de partidos diferentes do que se encontra em funções.-----

Sobre as muitas opiniões dadas sobre a sua governação, disse estar preparado para ouvir coisas que são verdadeiras e coisas que não são verdadeiras, sendo uma delas que até é interessante ouvir, sobre a falta de infraestruturas básicas, facto que por todos é sabido porque vem de longa data. Sobre isso disse que quando iniciou funções, os investimentos em água e saneamento não existiam, situação que durava já há alguns anos e que tinha de ser retomada dentro das possibilidades do município. Nesse seguimento, Vale de Cambra, como disse o Dr. José Soares, foi um dos municípios da Área Metropolitana do Porto, que melhor aproveitou os fundos comunitários, dentro dos limites e a capacidade de arrecadar, porque, como sabem os deputados municipais, existiam “gavetas” que

2024.12.05

estavam balizadas para um determinado tipo de investimento e com um limite financeiro, que era um limite financeiro indiscriminado, e por isso passível de todo o tipo de candidaturas, não se podendo transmitir aos valecambrenses que o Presidente da Câmara de Vale de Cambra não concorreu, não foi buscar fundos comunitários e podia ter ido, que devia ter feito e não fez, porque não foi assim. A Área Metropolitana do Porto tinha uma plataforma que dividia pelos seus municípios com uma dotação financeira e só dentro dessa dotação era possível apresentar candidaturas, o que foi feito, aproveitando-se até ao limite essa disponibilidade de fundos comunitários no Portugal 20 20 e o mesmo será feito no Portugal 20 30, sendo essa a verdade, não devendo as pessoas ser enganadas com falsas afirmações.-----

Sobre o Portugal 20 30, disse que este não iria acabar em 2025 e que, devem todos ter noção da realidade de que, no momento, nenhum dos municípios teria capacidade para apresentar todas as candidaturas possíveis e imaginárias para um ciclo de programação que vai até 2030.-----

Sobre as questões abordadas pelas bancadas da oposição, sobretudo dando a ideia de que o concelho parou, que o executivo não tem ideias, que não tem investimentos, que não foi feito nada, respondeu que certamente estariam a viver em concelhos diferentes, pois não há estagnação, o conselho não tem tantas debilidades como aquelas que foram referidas, verificando-se atividade na cultura, na economia, na mobilidade, apesar desta última ter tido um arranque muito deficitário, que não foi por culpa do executivo, pois este arranque deficitário da UNIR, aconteceu em vários municípios, não apenas em Vale de Cambra, nem foi o Presidente da Câmara Municipal, o culpado. Existe uma equipa responsável pelos transportes na Área Metropolitana do Porto e é essa que tem de pôr a rede UNIR a funcionar. De facto não arrancou como todos queriam, mas, este serviço, vai sendo paulatinamente melhorado, havendo a expectativa de seja um serviço



perfeito, um serviço de qualidade, tendo, nesse sentido, sido criada a empresa de transportes do Porto, para que, através de uma profissionalização, as coisas possam vir a funcionar melhor.-----

Muito do que ali tinha sido afirmado em termos de nada se fazer, afirmações de que não se fez rigorosamente nada a nível de água e de saneamento, respondeu que para tudo são necessários projetos, havendo, quando iniciou funções, dois ou três projetos para as redes de água e saneamento que tiveram de ser melhorados, para serem feitas candidaturas, tendo sido feitos investimentos consideráveis, que permitiram que muitas centenas de pessoas passassem a beneficiar destes serviços, sendo assim, considera falsas as afirmações porque a situação é oposta, dado que herdou uma paragem completa em termos de ampliação dessas redes.-----

Falou-se muito do incentivo aos jovens, do incentivo à cultura, do incentivo ao associativismo e recorda-se de que quando iniciou funções, as associações não recebiam um euro há já alguns anos e, só daí para a frente, foi retomada, gradualmente, a atribuição dos apoios às associações, às instituições particulares de solidariedade social, acreditando que em toda a história do concelho, foram os seus executivos os que mais apoio deram às associações, quer na concretização de obra física, quer a nível dos apoios financeiros concedidos.-----

Sobre o ensino superior, disse ter feito um trabalho, juntamente com a Eng.^a Catarina Paiva, vereadora do pelouro da educação no mandato anterior, no sentido de conseguirem trazer para Vale de Cambra os cursos técnico-profissionais superiores, competindo ao ISEP a sua operacionalização, com a organização das matrículas de alunos e a colocação dos cursos a funcionar. Posto isto, competiria aos interessados fazer a respetiva matrícula no ensino superior, surgindo aí o problema dado que nunca houve candidaturas em

2024.12.05

quantidade para pôr os cursos a funcionar, não se podendo afirmar que a responsabilidade foi da Câmara Municipal.-----

Disse ter tido, em termos de educação, um enorme empenho em colocar as escolas a funcionar, tendo a certeza absoluta que, da Área Metropolitana do Porto, foram o primeiro município a ter todas as escolas requalificadas, tendo sido feito um bom investimento, continuando-se a investir muito na educação, a investir muito nas pessoas, a investir muito nas crianças e jovens de Vale de Cambra.-----

Fazendo um aparte na sua intervenção, quanto à postura do deputado municipal João Carvalho da Silva, disse ficar mal a um deputado municipal, ter um sorriso constante como reação perante o que estava a afirmar na sua intervenção, enquanto Presidente da Câmara Municipal, apesar de ser muito mais fácil ter esse tipo de reação, criticar, estar na oposição, dizer que não se faz nada porque não há ideias.-----

Por exemplo, a oposição diz que nada se deu como incentivo à criação da raça arouquesa, quando ainda recentemente se atribuíram apoios, subsídios que não existiam quando iniciou funções na Câmara Municipal, inclusive, foi criado um Regulamento e a Câmara Municipal passou a apoiar a raça arouquesa, passou a ser membro da confraria, para que, junto dos produtores, possa dar mais apoio à criação dessa raça, que é e será sempre, como era óbvio, uma competência e uma atividade da iniciativa privada.-----

Sobre o apoio ao comércio, disse ter havido várias iniciativas, estando atualmente a decorrer mais uma campanha de apoio ao comércio, tendo há alguns anos sido feitas candidaturas através da parceria entre a Câmara Municipal e a AECA, pelo programa Comércio Investe, em que foram apoiadas uma série de lojas no município que apresentaram candidaturas elegíveis.-----



[Handwritten signature]

Sobre a saúde, disse que quando iniciou funções na Câmara Municipal, existiam cerca de quatro mil cidadãos do concelho que não tinham médico de família e que foi um ponto de honra para si, conseguir que não houvesse um único cidadão que não tivesse médico de família, e que neste momento existe médico de família para toda a gente a não ser quem não o queira.-----

Informou ainda neste âmbito que, com a descentralização que recentemente decorreu, estão a terminar dois projetos para a requalificação de duas estruturas ligadas à saúde, uma em Junqueira e o Centro de Saúde de Vale de Cambra, instalações que sofrerão consideráveis obras de beneficiação, tais como a instalação de vários painéis para produção de energia, o que permitirá reduzir a fatura energética. Foram ainda entregues quatro viaturas elétricas destinada ao apoio domiciliário prestado por médicos ou pelos serviços de enfermagem.-----

Sobre a questão da água contaminada, ali apontada, disse que Vale de Cambra teve nos últimos três anos, o reconhecimento da qualidade da sua água, por parte da ERSAR, procurando-se melhorar sistematicamente os processos associados ao fornecimento de água aos consumidores em Vale de Cambra, apesar de não serem todos servidos, como é sabido e foi também apontado como uma falha. Sobre a questão tem a dizer que tem de continuar a caminhar para se atingir esse objetivo, prevendo-se um esforço nos próximos tempos, com algumas candidaturas fruto de projetos que recentemente foram concluídos que permitirão, ao longo de vários locais do município, reforçar quer a rede de abastecimento de água, quer a rede de drenagem de águas residuais.-----

Quanto à qualidade do ar, disse ter sido feitas medições da qualidade do ar e um estudo sobre a sua qualidade, cujos resultados se encontram publicados no site da Câmara Municipal, devendo estes dados serem consultados antes de se pronunciarem nesta Assembleia.-----

2024.12.05

[Ausentou-se definitivamente da sessão, o deputado municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.

Será cumprido o previsto no n.º 2 do artigo 39.º do Regimento da Assembleia Municipal, tendo em conta que se ausentou da sessão num período superior a 30 minutos antes do seu termo.]

Sobre a abordagem que caracteriza de “pouco séria” em relação à qualidade das águas balneares, disse que a água das praias fluviais é uma água de excelente qualidade e os resultados das análises revelam isso mesmo, sendo importante que as pessoas percebam um bocadinho de microbiologia e o que é o comportamento das águas balneares de interior, que tem uma relação direta com a subida da temperatura, sendo, assim, o aparecimento de salmonelas, uma questão pontual e não uma qualquer contaminação porque, muitas vezes, abrindo uma comporta de um açude, após um dia ou dois, fazendo uma nova análise, a salmonela desaparece, não se podendo afirmar que as águas são de muito má qualidade tal como não se pode afirmar que as piscinas de Junqueira foram tapadas com terra, porque isso também não corresponde à verdade.-----

Sobre o Posto de Saúde de Macieira de Cambra, disse já ter colocado a questão superiormente, mas ainda não ter obtido resposta, sendo, logo que seja recebida, dado conhecimento desta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Vítor Tavares. Mais disse que tem feito um esforço para que o médico de família não falte, tanto naquele, como no Posto de Arões e Junqueira, acreditando ser também esse o empenho de todos os profissionais de saúde que tentam estar sempre disponíveis e dão o seu melhor no serviço que prestam à população.-----

Sobre a questão da curva da reta da Batalha, problema bem antigo e transversal a todos os seus antecessores, apelidado pelo Sr. Dr. António Fonseca como um estrangulamento mitral, termo também usado por si, para reivindicar uma solução perante o poder central, disse ter já reunido com o Sr. Ministro das Infraestruturas, frisado a importância desta estrada nacional para a ligação ao interior do concelho, onde dificilmente passam veículos de maior dimensão, dando a



exemplo o ocorrido há algum tempo, quando, numa situação de emergência devido a incêndio, o Exército não conseguiu passar com os camiões e máquinas de arrasto sem fazer manobras demoradíssimas.-----

Sobre a afirmação de que não se aposta nas pessoas, respondeu não ser verdade, pois sempre houve muita proximidade da Câmara Municipal à população, sempre se procuraram medidas de apoio às crianças no sentido de que haja sempre uma cobertura a nível de Jardins de Infância, requalificando as escolas para que, tanto crianças como os profissionais da educação, tenham boas condições. Foram implementadas inúmeras medidas de apoio às famílias, de apoio às crianças através do fornecimento dos manuais, das atividades extra curriculares, entre outras medidas que a Câmara Municipal implementa ao serviço da comunidade valecambrense, como a parceria com as instituições particulares de solidariedade social, no âmbito da população sénior, onde é feito um trabalho digno na rede social que dá resposta aos idosos, dá resposta tanto em lar como no apoio domiciliário, havendo, muitas das vezes, a colaboração ou uma articulação com os Serviços da Câmara Municipal. Destacou também o voluntariado que tem um trabalho reconhecido tal como o das Comissões de idosos nas freguesias que também desempenham um papel extraordinário junto das pessoas que vivem mais isoladas, custando-lhe ouvir dizer que não se aposta nas pessoas, que não se aposta nos jovens, que não se aposta no desporto, que não se aposta na cultura, que não se aposta em nada.-----

Disse ter sido sempre suficientemente humilde e educado, não gostando de “puxar dos galões”, ao contrário de algumas pessoas que se acham os maiores, quando efetivamente não o são. Tem procurado estar próximo de todos, sendo essa a sua forma de estar, nunca optando por “guerras” apesar de não ter tido o apoio de toda a comunidade, sempre se empenhou, juntamente com a equipa extraordinária que o acompanha, num esforço coletivo para que, de forma

2024.12.05

incansável, seja feito um trabalho em prol dos valecambrenses, não se revendo nas críticas apontadas pela oposição.-----

Sobre o aproveitamento dos fundos comunitários, referiu terem sido feitas candidaturas e aproveitado todos os apoios do Portugal 20 20. Sobre os valores constantes em Orçamento, disse ainda não estar concluído o ciclo e o orçamento corresponder somente ao ano de 2025.-----

Sobre o reforço de algumas verbas do Orçamento, referiu que certamente algumas seriam reforçadas através do saldo da conta de gerência.-----

Sobre a previsão de valores para fazer face aos processos judiciais em curso, disse que alguns ainda vinham do tempo do PSD, não se sabendo ainda quando irá decorrer a sentença final.-----

Sobre a Alameda da Sr.^a da Saúde, disse que o Presidente da Junta de Freguesia, Sérgio Soares, está por dentro da situação, tendo sido uma das promessas que fez aos valecambrenses, gostando de não a deixar de cumprir, apesar da existência de algumas contrariedades à boa execução do projeto, indo, contudo, fazer tudo o que esteja ao seu alcance, no sentido de ultrapassar todos os problemas.-----

Mais disse que ainda durante o mês de dezembro se iriam realizar uma série de candidaturas para obras um pouco por todo o concelho, por ter sido disponibilizada verba pela CCDRN, via AMP, que, apesar de pequena, será distribuída pelos 17 municípios que a integram.-----

Sobre os apoios às freguesias, tem procurado fazer um trabalho de colaboração com os respetivos Presidentes das Juntas, fazendo pontualmente investimentos em todas elas.-----

Sobre os ganhos auferidos por si e pelos 4 vereadores residentes, disse que quem fez a afirmação deve pensar que esta equipa não trabalha, não se esforça e não põe os munícipes à frente de tudo, não sendo essa afirmação verdadeira.



Mais disse que os salários, sem atualização há alguns anos, estão de acordo com o previsto na lei, e são a contrapartida de muita entrega, muita dedicação durante 7 dias por semana, a um trabalho pelo qual tem apreço, faz com gosto, pensando sempre nas pessoas do concelho sem quaisquer interesses financeiros, agindo, acima de tudo, com um enorme respeito por todos.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais para uma intervenção complementar:-----

- **João Carvalho da Silva** agradeceu o uso da palavra, por querer somente mencionar que, do discurso do Sr. Presidente da Câmara Municipal, lhe pareceu este querer transmitir a ideia que foi o PSD que fez as promessas e não as cumpriu. Sobre promessas, disse que a única que fez, foi a transmissão das sessões das assembleias municipais online o que foi cumprido.-----

Disse ser importante falar das promessas que são importantes para as pessoas, afirmando que o Sr. Presidente acabou com um festival gastronómico, que o PSD impulsionou nos anos que esteve à frente do executivo, que movia a restauração e as Associações, apesar de ter afirmado gostar da raça arouquesa, mas “se não acrescenta, por favor não tire, Sr. Presidente”, disse.-----

Disse ter sido o Sr. Presidente da Câmara Municipal que, em entrevista dada ao Porto Canal, fez promessas do lançamento de um queijo de cabra, de um queijo 100% raça arouquesa, pedindo-lhe para não deturpar as coisas.-----

Sobre transportes urbanos, referiu não ter sido prometido os implementados pela rede UNIR, porque em 2013 ainda não se falava desta rede, mas sim uma rede de transportes amiga do ambiente, uma rede de transportes urbana para a cidade de Vale de Cambra, que servisse não só os mais jovens, mas também os mais idosos.-----

Sobre a reta da batalha, o Sr. Presidente disse uma vez que falou com o Ministro quando esteve em Arouca, ministro que é agora o Secretário-Geral do Partido

2024.12.05

Socialista, afirmando posteriormente que em breve teríamos uma surpresa, a qual até hoje espera.-----

Amigo das crianças! Exclamou. Amigo das crianças não permite a colocação num PDM uma área de construção de uma fábrica encostada a uma escola, quando pode fazer esse tipo de áreas industriais no Rossio, em áreas onde se pode claramente fazer uma ampliação industrial para trazer dinheiro para o município, vendendo lotes, beneficiando a economia valecambrense e ao mesmo tempo, fortalecendo também os cofres do município.-----

Sobre a Alameda da N.^a Senhora da Saúde! Exclamou novamente, dizendo que não pôde deixar de rir quando o Sr. Presidente se pronunciou sobre a mesma, dizendo que vai fazer de tudo para ter uma Alameda da Sr.^a da Saúde, quando na rubrica existem somente 5000 €. Acrescentou ser impossível acreditar que se possa fazer a obra com aquele valor, a não ser que seja uma viela, esperando que realmente a faça porque o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Soares, debate-se sempre nas sessões pela construção dessa Alameda, que também é a vontade dos valecambrenses.-----

Disse que quando fala nos ordenados do executivo é porque quer que os valecambrenses saibam que, excluindo a Mesa, cada um dos deputados municipais da Assembleia Municipal recebe a quantia de 274 € por ano, para fazer a fiscalização e escrutinar o trabalho do executivo, acompanhar os contratos, entre outros assuntos do concelho e, após trabalhar 8, 9, 10 e 11 horas, estar presente nos dias das sessões, numa boa parte da noite.-----

Perguntou ao Sr. Presidente, se sabia quantos valecambrenses ganhavam 50.000€ por ano, frisando que não se importava que qualquer um deles ganhasse isso, mas que teriam de trabalhar bem, cumprindo as promessas, o que não estava a acontecer, o que, se fosse uma situação registada numa empresa, o normal empresário só poderia despedir o trabalhador. -----



[Handwritten signature]

Referiu que o Sr. Presidente teve um primeiro mandato, em que os Valecambrenses confiaram no homem, porque no próximo mandato iria fazer tudo, depois deram-lhe mais um voto de confiança de que iria fazer tudo. Agora, com o presente orçamento, em princípio, não vai fazer nada e é isso que o deixa triste por ser jovem, ter 3 filhos, viver neste município e gostar de ter um município de todos, para todos.-----

Disse ter recebido, recentemente, uma carta do município mencionando esta algo sobre trabalhar para as pessoas e fazê-las felizes, não tendo o Sr. Presidente conseguido fazer nada disso, lamentando afirmar que foi o pior Presidente de Câmara dos últimos 50 anos de democracia, não sabendo se terá algum dia a oportunidade de se redimir, mas que tendo, o faça, que deixe o seu legado, deixe a sua marca nesta terra, tal como uma vereadora de um anterior executivo ali presente, que cada vez que sai à rua, vê uma marca dela, porque ser autarca é deixar a sua marca na sua terra.-----

- **Rosária Tavares**, também no uso da palavra para uma intervenção complementar, disse que efetivamente o Sr. Presidente é muito alto, está lá em cima e ela é pequeninha, está cá em baixo, mas acredita que ser esse o único nível em que o senhor está acima dela, porque não ofendeu ninguém na sua intervenção, foi somente clara no que disse e não retira uma palavra, apesar de ser difícil ouvir as verdades e encontrar argumentos de defesa para estes três mandatos que foram a era José Soares.-----

- **José Soares**, pedindo a palavra, diz não poder deixar de fazer algumas considerações sobre o proferido pelo deputado municipal João Carvalho da Silva, que despoletou alguns sorrisos na sua bancada, porque há sete anos o PSD dizia nesta sala a mesma coisa, mas depois as pessoas votaram outra vez no CDS e ainda com uma maior vantagem, o mesmo tendo acontecido há três anos,

2024.12.05

prevendo-se que provavelmente o mesmo irá acontecer no próximo mês de outubro de 2025.-----

Sobre a preocupação com a carne arouquesa, afirmou que, os presentes sabem, mas quem está em casa não sabe, que no ano passado, o PSD votou contra a atribuição de apoio financeiro da Câmara Municipal para a Feira do Arestal, que é o ex-libris da carne arouquesa do concelho de Vale de Cambra e depois votaram contra a atribuição de apoio financeiro à Marcha Popular de St.º António da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, frisando dizê-lo só para que se recordem.-----

- **Ana Rita Martins**, no uso da palavra para uma intervenção complementar, disse que a sua questão se destinava ao deputado municipal José Soares, pois quando aquele disse que o volume de negócios das empresas subiu, quase com a intenção de atribuir esses louros ao executivo, pensa que esta afirmação não seria sequer dignificante para os empresários, pois a eles se devia o esforço para o referido aumento. Seria valorizado o esforço deste executivo, se tivesse criado zonas industriais para que as empresas não se instalassem noutros concelhos. A realidade é que existem empresas que se deslocam para zonas industriais fora do concelho porque além da falta de áreas industriais, do custo por metros quadrados ser caríssimo, as infraestruturas são insuficientes.-----

Acrescentou que o volume de negócios subiu, mas à custa das empresas, à custa do esforço dos empresários, à custa do esforço dos operários, pessoas que nelas trabalham e não por qualquer esforço do executivo.-----

Sobre o aumento da população, disse que felizmente tem aumentado, mas todos sabem que Vale de Cambra tem recebido muitos imigrantes, no entanto há imensos jovens valecambrenses que saíram do concelho e tiveram de comprar casa noutros concelhos.-----



Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre a parceria feita com o ISEP, disse que o fracasso na implementação da formação poderia não ser somente atribuído à Câmara Municipal, mas que se deveria verificar a razão da falta de alunos para uma iniciativa que até era boa e gostava de frequentar, mas depois não funcionou, não se dando a oportunidade aos que se tinham inscrito.--

Relativamente à questão dos fundos comunitários, referiu o Sr. Presidente ter concorrido a tudo, mas, como já disse numa sessão, havia a possibilidade de apresentação de candidaturas para os bairros comerciais digitais, o que não aconteceu, mesmo tendo feito este alerta.-----

Agradeceu a informação do Sr. Presidente, a propósito dos processos judiciais a decorrer, apesar de não lhe ter respondido, se ter desfocado do essencial, que se relacionava com estes putativos custos e se estes estão salvaguardados no orçamento e se sim, em qual rubrica, e se não, o porquê.-----

João Carvalho da Silva, pediu a palavra para uma intervenção complementar, somente para responder à afirmação do Dr. José Soares, sobre o por si referido em relação ao voto contra ao apoio ao incentivo à raça arouquesa, por ser mentira, pois a sua bancada nunca votou contra o apoio, mas sim relativamente ao processo que tinha sido instruído por um chefe de Divisão, nomeado em regime de substituição, nomeação que não podia existir por ser considerada ilegal e, por não existir um parecer de entidades próprias que validasse essa nomeação, o voto teria de ser esse, não podendo o deputado municipal José Soares fazer tal afirmação. Sendo diferente do que é o deputado municipal José Soares dizer que é contra as obras da feira, como disse e consta em ata. Se existe a declaração de voto que justifica o sentido de voto, não fica bem ao deputado municipal afirmar que votaram contra o apoio, porque sabe muito bem, que quando existem dúvidas em relação a um procedimento, por uma questão de responsabilidade, não se pode ser conivente, considerando essa, uma

2024.12.05

questão de saber estar, de cumprir a lei, de seriedade, sabendo perfeitamente aquele deputado municipal tão bem como ele próprio, o que se passou em relação à questão, não sendo a sua atitude, uma atitude séria. Mais disse que não tem nada contra o apoio a qualquer associação ou instituição deste município ou mesmo, se este município apoiar outras instituições de outro município qualquer, desde que sirvam os interesses dos valecambrenses, a bancada do PSD também não será contra, frisando esta ideia para que ficassem dúvidas nenhuma. -----

Para defesa da honra, pediu a palavra o deputado municipal, José Soares, e, quanto à acusação sobre a seriedade da sua pessoa, disse não ser essa a questão. O facto é que se o CDS não tivesse a maioria, o PSD e o PS bloqueavam o desenvolvimento do concelho por causa de um ato processual, sendo essa a questão, pois foi graças à maioria que se conseguiu aprovar tudo, não se parando o concelho de Vale de Cambra.-----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos entendidos por convenientes.-----

No uso da palavra, disse não se rever nas críticas apontadas pela oposição, estando de consciência absolutamente tranquila quanto àquilo que foi o seu empenho, que manterá até ao último dia, tal como o empenho dos vereadores, especialmente os que com ele trabalham no seu dia a dia, os quais considera uma equipa extraordinária que trabalha incansavelmente para os valecambrenses, havendo um esforço e um entendimento coletivo no sentido de tudo fazer em prol de todos os cidadãos e do desenvolvimento harmonioso de Vale de Cambra, aproveitando para agradecer a toda a equipa a excelente colaboração.-----

Concluiu dizendo que o Orçamento é um orçamento que serve o concelho de Vale de Cambra, como um todo, que vai permitir inúmeras realizações, vai dar continuidade a uma série de procedimentos que estão em curso, obras que se



estão a iniciar, bem como outras que terão o seu início brevemente e que, sendo este concelho extenso e disperso, apresenta alguns desafios que têm vindo paulatinamente a ser ultrapassados a vários níveis, entendendo que são as pessoas que avaliam o trabalho deste executivo, quanto à dedicação, quanto à entrega deste e da equipa que o acompanha, estando todos de consciência tranquila de tudo terem feito, de terem recuperado financeiramente a Câmara Municipal, de terem continuado a fazer investimentos consideráveis e muitos, por todo o concelho, apesar da oposição dizer sempre mal, tentando sempre denegrir a imagem do executivo, por ser esse o papel da oposição, nada mais acrescentando.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, após pedido de palavra do vereador Tiago Fernandes **para defesa da honra face ao referido pelo deputado municipal José Soares**, disse não pretender obstaculizar qualquer intervenção, contudo a defesa e a argumentação deviam ser feitas pelos respetivos membros de bancada, nomeadamente pelo líder do Partido Socialista que já não estava presente. -----

O vereador Tiago Fernandes, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes e que assistiam à sessão e, diz ter pedido a palavra para apenas esclarecer a questão relativamente ao ali referido quanto à votação de assuntos que radicam numa deliberação da Câmara Municipal por si votada, que depois é submetida à Assembleia Municipal.-----

Numa reunião da Câmara Municipal foi levantada uma dúvida pelos vereadores dos partidos da oposição, nomeadamente, Tiago Fernandes e Frederico Martins, sobre a legalidade da nomeação das chefias de divisão em regime de substituição, mas, sem qualquer intenção de “denegrir o concelho ou atacar o Presidente da Câmara” como referido por este. Em defesa da sua honra disse que no seu trabalho, nunca teve intenção de denegrir ninguém, estando escrito na

2024.12.05

ata de 7 de fevereiro de 2023, que se continuassem a existir dúvidas sobre aquela nomeação, se solicitava um parecer jurídico externo de qualidade, para que, em tempo útil, pudessem tomar decisões perante procedimentos efetivamente legais, afirmando que esse parecer nunca apareceu. Contudo, disse, quando foi apresentada uma dúvida numa sessão sobre um contrato celebrado com uma empresa de uma deputada municipal do CDS/PP, em pouco tempo e usando 5 mil euros para pagar a um advogado externo, conseguiu-se um parecer externo, fazendo alusão a este caso prático somente pelo aspeto da comparação da rapidez, e nada mais, pois se esta maioria tivesse usado do mesmo tipo de meios jurídicos para rapidamente esclarecer as dúvidas que originaram os votos contra da oposição, Vale de Cambra seria “salva” não existindo estas situações.-----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara e sobre a matéria, disse ter existido uma informação jurídica e um parecer que foi disponibilizado publicamente naquela data e que, ambos confirmavam o procedimento adotado, havendo um segundo parecer que era contrário aos despachos efetivamente proferidos. Sendo ambos emitidos pelas CCDR, houve, recentemente, uma concertação de entendimentos por não ser correta a divergência de posições entre Comissões de Coordenação, vindo, esta uniformização jurídica a nível nacional, dar razão aos procedimentos adotados à data, em relação às nomeações em regime de substituição, das quais não se arrepende de ter feito, por ter tido pareceres jurídicos que lhe deram segurança em relação ao ato praticado, não obstante foi criado durante vários meses um incómodo, uma suspeita e um desconforto a quem tomava as decisões. -----

O Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais pedidos de palavra, colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, com 6 votos contra dos deputados municipais, Ana Raquel Pinheiro e José Hermínio Fernandes da bancada do PS, João Carvalho



da Silva, Rosária de Fátima Tavares, Ana Rita Martins, Daniel Alexandre Barbosa da bancada do PSD, a abstenção do Presidente de Junta da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Correia de Campos e, com 17 votos a favor dos 24 membros presentes, deliberou, por maioria, aprovar o Orçamento 2025 e Plano Orçamento Plurianual 2025-2029 e as Grandes Opções do Plano, emitindo a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos do previsto no Anexo II das Normas de execução do orçamento municipal para 2025, conforme deliberação da Câmara Municipal de 26/11/2024. -----

Declaração de voto proferida pelo Presidente da Junta de Macieira de Cambra, Victor de Sousa Tavares:-----

“A Junta de Freguesia de Macieira de Cambra vota a favor deste orçamento, na expectativa de um investimento efetivo na nossa freguesia, investimento esse tendo como fio condutor a isenção relativamente a ideais e convicções políticas e tendo sempre como orientação as necessidades e prioridades das nossas populações, são inúmeras as necessidades e como tal, ficamos a aguardar o incremento do saldo de gerência que ocorrerá pelo mês de fevereiro, para verificarmos um reforço ao referido investimento que permita colmatar as referidas necessidades.”-----

Declaração de voto proferida pelo líder da bancada do PSD, João Paulo Carvalho da Silva:-----

“Nós, no primeiro ano de mandato, votamos favoravelmente o orçamento e genuinamente, porque acreditávamos, demos um voto de confiança ao CDS/PP, para ter uma governação plena, amiga das famílias e amiga dos Valecambrenses. Viemos para cá com a sensação que iria-mos votar contra o orçamento e tivemos ainda mais certezas de que iria-mos votar contra o orçamento, depois das explicações do Sr. Presidente da Câmara, portanto votamos contra este

2024.12.05

orçamento, convictos de que este orçamento não serve Vale de Cambra e que não serve os Valecambrenses e que vamos estar mais um ano parados na estagnação e não precisamos de estagnação, precisamos de crescimento.”-----

Declaração de Voto da bancada do PS, proferida por Ana Raquel Pinheiro:--

“Pela ausência de visão de apostos estruturantes, votamos contra”.-----

Declaração de voto proferida por Ana Rita Martins, deputada municipal da bancada do PSD:-----

“Por tudo o que ficou exposto na discussão do próprio orçamento e por aquilo que ficou bem visível da minha ideia, a falta de ambição, estratégia e de um planeamento de infraestruturas que fixem verdadeiramente as pessoas, eu voto contra este orçamento”.-----

2. MAPA DE PESSOAL 2025:-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que o Mapa de Pessoal de 2025 teve por base o do ano 2024, e, apesar de haver quem diga que os encargos com o pessoal aumentaram muito, esse aumento se devia à integração de cerca de 100 funcionários, afetos à área da educação, que antes eram pagos pelo Ministério da Educação e agora são pagos pela Câmara Municipal, além dos recentemente integrados afetos à área da saúde, assistentes técnicos e assistentes operacionais, que exercem funções nos centros de saúde e unidades de saúde.-

O Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao vereador do pelouro e pediu ao Sr. Presidente da Mesa permissão para se ausentar por alguns instantes, delegando no Sr. Vice-Presidente, a representação da Câmara Municipal na sessão.-----

O vereador José Alexandre Pinho cumprimentou todos os presentes e os que assistiam à sessão online. -----



Sobre o Mapa de Pessoal para 2025, e no seguimento do já referido pelo Sr. Presidente, disse terem sido incluídos os assistentes operacionais e os assistentes técnicos das áreas da Saúde e da Educação, tendo o executivo tido, na sua elaboração, o propósito de não aumentar os custos face ao mapa pessoal que está em vigor, o que foi conseguido.-----

De seguida disse estar disponível para qualquer esclarecimento sobre a proposta apresentada.

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais. -----

- **João Carvalho da Silva** manifestou a sua preocupação quanto ao assunto, dizendo já ter tido responsabilidades nesta área de recursos humanos, considerando fundamental a existência de igualdade, ter-se em conta a progressão nas carreiras para quem tem menos oportunidades e que os quadros de todas as áreas do município possam ambicionar um dia ter um cargo onde se sintam melhor, que gostem, que os motivem para outros, não verificando essa situação nesta Câmara Municipal, antes pelo contrário, pois sempre que existe a necessidade de algo, o executivo vai contratar no exterior, sendo preciso olhar para dentro, sendo preciso interagir com os funcionários e perceber exatamente o que cada um pensa, saber do seu bem-estar, da sua saúde e como está a sua motivação. -----

Sobre uma situação que ocorreu consigo, relativamente à receção de uma carta em papel, disse ser necessário um quadro superior para a área da informática, para que fosse dado um passo, o da transição digital e informática da Câmara Municipal, para que seja usado cada vez menos papel, achando que, além dos dois técnicos de informática na Câmara Municipal, esta deveria ter também um técnico superior, para que fosse dado este “pulo” importante nesta área, onde se fizeram investimentos, conforme contrato que já pediu, o qual ainda aguarda. ----

2024.12.05

Verificou que existe um lugar novo para um técnico superior - arquiteto para as obras particulares, perguntando qual a necessidade dessa contratação e se não existe alguém na Câmara Municipal a quem possa desempenhar estas funções.-

Solicitou esclarecimentos sobre a data da deliberação da Câmara Municipal para a abertura dos procedimentos concursais para dirigentes intermédios de terceiro grau e sobre um procedimento concursal a decorrer para um assistente técnico e um assistente operacional para a área da educação, conforme Aviso que viu no site do município, perguntando porque não foi mencionado, no Mapa apresentado, na parte da DASE.-----

Chegando, entretanto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, o deputado municipal João Carvalho da Silva, dirigindo-se-lhe, repetiu o referido sobre a sua preocupação com as progressões na carreira, pedindo-lhe, para que neste seu último ano, dê a todos, a oportunidade de progredir na carreira, para que alguém que entre agora se distinga de um funcionário que já desempenha funções há mais tempo, para que seja criada justiça. -----

Terminou dizendo que iria ficar atento, dado o próximo ano, ser um ano em que se regista a tendência a fazer alguns ajustes, que se pretende sejam, de facto, para ter os colaboradores motivados, e que se faça sentir a justiça para com todos os colaboradores.-----

- **Ana Raquel Pinheiro** perguntou somente quantos funcionários estavam previstos para alocar ao espaço aquando da abertura do Centro de Artes e Espetáculos, o Antigo Cinema.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos pedidos, que de seguida a passou ao vereador do pelouro:-----

O vereador José Alexandre Pinho disse que as questões da carreira dos funcionários estão condicionadas ao cumprimento da legislação a nível nacional



para a função pública, passando também pelos resultados da avaliação dos colaboradores ao abrigo do SIADAP, ficando, assim, a vontade da Câmara Municipal limitada, tendo-se efetuado, ao abrigo da lei, neste mandato e nos anteriores, progressões nas carreiras e subidas por mobilidades intercarreiras.---

Quanto à defesa dos direitos do pessoal, disse ter tido reuniões com o Sindicato, como a ocorrida de modo informal naquele mesmo dia, sobre a assinatura de um ACEP - Acordo Coletivo de Empregador Público em matérias do interesse dos trabalhadores, o qual seria concretizado para breve.-----

Quanto à carreira de informática disse existirem, há alguns anos, três informáticos. Quando à eventual contratação de um técnico superior, considerando a escassez deste tipo de profissionais no mercado de trabalho, não é provável que os mesmos queiram candidatar-se, atendendo ao vencimento base para um técnico superior na função pública.-----

Relativamente à referência ao arquiteto previsto para a Divisão de Obras Particulares, disse que esta área se coaduna muito mais com o trabalho da divisão, do que o técnico superior engenheiro que irá transitar para a divisão de obras municipais, face ao elevado número de obras públicas em andamento, e à necessidade da sua fiscalização.-----

Relativamente aos dirigentes de terceiro grau, “faço aqui a minha mea-culpa”, disse, pois até ao momento não foi dado andamento aos procedimentos, por se ter dado prioridade aos concursos para os dirigentes de segundo grau, ao invés dos dirigentes de terceiro grau.-----

Quanto aos procedimentos para os assistentes técnicos e assistentes operacionais, se o deputado municipal se estava a referir a um concurso para a bolsa de recrutamento, estes não implicam a existência de vagas no Mapa de Pessoal, visto o objetivo ser a substituição de trabalhadores ausentes por doença e afins.-----

2024.12.05

Sobre o pessoal para o Centro de Artes e Espetáculos, pediu ao Sr. Presidente para dar essa informação, dado ser este que se encontra a tratar da questão, por ser opção a contratação por prestação de serviços, dado que os procedimentos de recrutamento são demasiado demorados e também porque são serviços especializados que se irão desenvolver principalmente aos fins de semana, não se justificando uma contratação para trabalhar uma semana inteira.-----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu, relativamente ao Centro de Artes e Espetáculos, que, apesar de haver intenção de afetar mais alguns colaboradores que, em princípio, já se encontram dentro da estrutura da Câmara Municipal e tudo aquilo que sejam trabalhos muito técnicos, muito específicos, muito focados em determinadas áreas, como nas áreas do som, da luz, da mecânica de cena, os assistentes de sala, se iria recorrer à prestação de serviços, considerando o tempo necessário para a presença destes colaboradores nesse espaço, sendo esta, uma prática corrente neste tipo de salas de espetáculo.-----

Pedindo a palavra para uma pequena intervenção, João Carvalho da Silva, perguntou se não haveria quadros na área da arquitetura ou engenharia, dentro do município, que pudessem ser afetos à Divisão de Obras Particulares para se evitar a contratação de mais um quadro superior.-----

Relativamente à gestão do CAE, pediu ainda a confirmação de que o município vai contratar por prestação de serviços, toda a parte técnica, sendo afetos alguns colaboradores da Câmara Municipal para as restantes áreas. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara confirmou o referido quanto à gestão do CAE, **dando de seguida a palavra ao vereador do pelouro dos Recursos Humanos, José Alexandre Pinho,** respondendo este que a necessidade de um engenheiro civil na DOME, para a fiscalização das obras públicas, face ao volume de obras, leva à transição do engenheiro da DOP, ficando este lugar em défice nesta Divisão, daí proceder-se à contratação de um



arquiteto, porque os arquitetos que atualmente desempenham funções na Câmara Municipal têm ocupação definida, sendo a área das obras particulares uma área bastante específica à qual não se deve alocar uma pessoa de outra área de licenciatura. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal, com 6 votos contra dos deputados municipais, Ana Raquel Pinheiro e José Hermínio Fernandes da bancada do PS, João Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Tavares, Ana Rita Martins, Daniel Alexandre Barbosa da bancada do PSD e com 18 votos a favor dos 24 membros presentes, deliberou, por maioria, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2025, conforme deliberação da Câmara Municipal de 26/11/2024. -----

Declaração de voto entregue por Ana Raquel Pinheiro, da bancada do PS:- -

“Um Mapa de Pessoal que não reflete os desafios que temos pela frente, nem responde aos desafios da gestão que temos pela frente, é algo em que não nos revemos”.-----

Declaração de voto entregue por Ana Rita Martins, da bancada do PSD:-----

“Não sou contra o aumento de pessoal, desde que o nível do serviço se justifique e desde que já enquadrado dentro da legalidade e economicamente viável para o Município. No entanto, a sobrecarga no orçamento já é muito considerável”.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e suas alterações.

Do público presente, registaram-se 2 intervenções, cujo teor será sumariamente descrito na ata da sessão. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao público, por ordem da sua inscrição:-----

2024.12.05

- Sr. Luís Ângelo de Almeida Fonseca: -----

Disse ter ouvido falar em PDM, perguntando como vai ficar, e ouvido também as intervenções sobre as redes de água e saneamento, havendo quem tenha, mas também, quem não tenha, apesar de achar não ser um cenário tão negro como o querem pintar. Sobre tudo o que ouviu, disse haver outras situações que também o entristecem, dado ter nascido neste município, ter crescido e vivido aqui a juventude, saído para ir à tropa, onde, durante 10 anos, prestou serviço ao seu país, e tendo, há dois anos e meio, regressado a Vale de Cambra, vê-se obrigado a sair deste município, por não reconhecer que, tanto o atual executivo, como oposição ali presente, tenham para Vale de Cambra, um futuro.-----

- Sr.ª Fernanda de Matos Bastos:-----

Perguntou se a Câmara Municipal está a fornecer a municípios vizinhos, água da nossa rede de Abastecimento de água e como é que a Câmara Municipal cobra desde 2006, as taxas de tratamento de resíduos sólidos e tratamentos dos efluentes a uma entidade que é exclusivamente abastecida pela água da rega de Burgães, como é o caso da UNIAGRI 2, em que quantidades e a que preço.-----

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.-----

Respondendo ao Sr. Luís Fonseca, sobre o PDM, referiu que o atraso na sua apresentação não pode nem deve ser imputado à Câmara Municipal, dado que os seus serviços tudo fizeram para acelerar o processo, tendo, nos 17 municípios da Área Metropolitana, acontecido o mesmo, dado que as entidades que superintendem o PDM, demoram a dar o seu parecer, chegando mesmo a ser de 11 meses num município da AMP, conforme foi comentado numa das suas reuniões.-----

Mais disse que o objetivo desta Câmara Municipal era ter o PDM pronto há muito tempo, o que, infelizmente, não foi conseguido, não assumindo integralmente a



responsabilidade desse atraso, sabendo todos os seus vereadores o que se passou. Em primeira instância, pela pandemia, depois, pela demora na resposta das muitas entidades setoriais, cerca de 23, que superintendem a revisão do PDM, que fazem prevalecer a sua vontade que nem sempre é a vontade do município. Esclareceu ainda que as áreas setoriais são sempre muito sensíveis e muito difíceis de ultrapassar e de convencer, além de haver limitações legais e outros detalhes a ser tidos em conta neste longo procedimento.-----

Sobre o município de Vale de Cambra e o seu futuro, somente tem a dizer que em todos os municípios existe a tendência de quem lá vive de dizer mal da sua terra e de querer sair, achando que não deve optar por essa via porque Vale de Cambra é um município de oportunidades, é um município agradável para se viver, é um município relativamente tranquilo, com belas paisagens, apesar de não ter tudo, mas que o futuro estaria num trabalho coletivo, num trabalho da Câmara Municipal, num trabalho das empresas, num trabalho da comunidade, das associações, das instituições particulares de solidariedade social, representando este futuro que fala num somatório de boas vontades, de contributos, que, por mais pequenos que sejam, vão contribuir certamente para o crescimento do nosso município, sendo essa a aposta a ser feita.-----

Acrescentou que, estando a desempenhar funções como Presidente da Junta de Freguesia de Codal, nos anos 80 e 90, se recorda que saíram de Vale de Cambra, muitos jovens, muitas famílias, porque não existiam casas e também não as conseguiam construir, por diversos fatores, tendo, então, lutado para que isso não acontecesse, resultando essa ação persistente, na duplicação do número de habitantes daquela freguesia, isto porque foi dada a oportunidade de construir, com a consequente fixação de população.-----

Sobre o aumento de população registado, como referido pelo deputado municipal José Soares, disse que o valor não se deve só aos estrangeiros que têm vindo

2024.12.05

trabalhar para Vale de Cambra, mas também a muita gente que tem regressado ao concelho.-----

Sobre os valecambrenses formados que têm de se ausentar para outros municípios, essa é uma condição transversal a muitos municípios do país, pois nem todos oferecem emprego nas áreas fruto das formações que os estudantes escolheram para profissão, dando a exemplo, que recentemente foi prestado um reconhecimento aos valecambrenses ligados ao desporto, estando muitos destes em terras, como Inglaterra, Arábia Saudita, espalhados pelos quatro cantos do mundo, porque fizeram opções profissionais, como o futebol profissional, que não existe em Vale de Cambra.-----

Concluindo, disse que todos devem lutar para todos usufruírem de um concelho melhor, mais desenvolvido, mais acessível, sendo este um papel de todos os valecambrenses.-----

Quanto à questão colocada pela Sr.ª Fernanda de Matos Bastos, respondeu que a Câmara Municipal está a fornecer água em alta ao município de Oliveira de Azeméis, conforme acordo que existe há muito tempo entre os dois municípios, sendo também pontualmente acolhido em alguns sítios, os efluentes de Oliveira de Azeméis, que após passagem pelo nosso sistema, é novamente devolvido a Oliveira de Azeméis onde está instalada a ETAR Intermunicipal, que é gerida pela Associação de Municípios Terra Santa Maria.-----

A título de curiosamente e por se falar na Associação de Municípios, informou que recentemente esta apresentou duas candidaturas para a requalificação da ETAR de Ossela e da ETAR do Salgueiro, com uma verba de cerca de 39 milhões de euros, considerando este, um grande passo no sentido de devolver ao meio hídrico os efluentes que são produzidos quer a nível da indústria, quer a nível doméstico.-----



Sobre a questão apresentada sobre a UNIAGRI 2, deu a palavra ao vereador do pelouro, José Alexandre Pinho, esclarecendo este, que a cobrança de água à empresa que referiu é feita de acordo com o tarifário em vigor, valor a que se somam as restantes tarifas relativas aos serviços referidos, em conformidade com a água que é consumida, não sabendo de cor os consumos da empresa, mas que, de qualquer forma, essa informação está abrangida pelo regulamento geral da proteção de dados. Mais informa que a Câmara Municipal não cobra água que é fornecida pelo canal da Associação de Regantes.-----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, em seu nome e de todos os vereadores, deixou os votos de um Santo Natal, com paz e muita saúde, e um feliz Ano Novo, a todo o público presente, aos técnicos, a todos os colaboradores da Câmara Municipal, a todos quantos em casa, acompanharam a sessão, e a todos os valecambrenses.-----

O Sr. Presidente da Mesa, agradecendo o apoio dado, tanto pelos colaboradores do GAOM, como pela Equipa de Nuno Relvas Produções, deixou, em seu nome e em nome da Assembleia Municipal, os votos de um feliz Natal e um feliz Ano Novo, ao Sr. Presidente, aos vereadores, ao público presente, aos que assistiam em casa à sessão e a todos os valecambrenses, na certeza de que, em 2025, seja continuado este trabalho em prol dos valecambrenses.-----

Ausentou-se por breves momentos, o deputado municipal João Carvalho da Silva, regressando à sessão, logo após a votação da minuta e texto das deliberações.-----

A Assembleia Municipal, após votação separada, deliberou, por unanimidade dos 23 membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com a minuta das deliberações que lhes foi distribuída.-----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, com a presença no Salão Nobre de 24 deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas 23 horas e 48 minutos, da qual, o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrou a presente Ata, que, achando-se conforme, se aprova na sessão de 28 de fevereiro de 2025 e vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.

O Presidente 

A 1ª Secretária Rita Alexandre Alves Casel